



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS- UFAL
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE GEOGRAFIA

AMAUÍLIO MONTEIRO DA SILVA NETO

AS CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA NA CONSTRUÇÃO DO DEBATE SOBRE
GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

MACEIÓ

2022

AMAUÍLIO MONTEIRO DA SILVA NETO

**AS CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA NA CONSTRUÇÃO DO DEBATE SOBRE
GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de licenciatura em Geografia, pelo Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: Profa. Dra. Cirlene Jeane Santos e Santos.

MACEIÓ

2022

**Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale – CRB4 - 661

- S586c Silva Neto, Amaurilio Monteiro da.
As contribuições da geografia na construção do debate sobre gênero e sexualidade na escola / Amaurilio Monteiro da Silva Neto. – 2022.
78 f.: il.
- Orientadora: Cirlene Jeane Santos e Santos.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curso de Geografia. Maceió, 2022.
- Bibliografia: f. 72-78.
1. Geografia. 2. Cidadania. 3. Políticas públicas. 4. Violência. 5. Educação sexual. I. Título.

CDU: 911: 37.017.4



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC), DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA, DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS.

Ao(s) 26 dia(s) do mês de fevereiro de 2022, às 9 horas, em sessão pública através da Sala Virtual: meet.google.com/vjx-absm-cqv, estavam presentes os/as professores/as **CIRLENE JEANE SANTOS E SANTOS; EVERSON DE OLIVEIRA SANTOS; MARIA ESTER FERREIRA DA SILVA VIEGAS** sob a presidência da primeira, compondo a Banca Examinadora do TCC do/a(s) aluno/a(s) **AMAUÍLIO MONTEIRO DA SILVA NETO** matrícula nº 14213152, sob o título **AS CONTRIBUIÇÕES GEOGRAFIA NA CONSTRUÇÃO DO DEBATE SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA**. Às 9 h (nove) foi iniciada a defesa, tendo a mesma sido concluída às 10:30 h (dez hora e trinta minutos)

Após concluída a defesa, arguição e comentários do examinadores, estes se reuniram e deram as seguintes notas:

1º Examinador 9,5 (nove inteiros e 5 decimos)

2º Examinador 9,5 (nove inteiros e 5 decimos)

3º Examinador 9,0 (nove inteiros)

A presidente da Banca Examinadora informou ao(s) discente(s) a(s) sua(s) média(s), tendo a mesma sido 9,33 (nove inteiros e trinta e três centésimos)

Informando ainda que o(s) mesmo(s) teria(m) um prazo de 20 dias corridos após a data da defesa para entrega de 3 volumes corrigidos da monografia com encadernação brochura (com capa dura) e uma cópia gravada em mídia (CD ou DVD) à Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, tendo sido lavrada a presente ATA que, após lida e aprovada, será assinada pelos três professores examinadores.

Maceió, 26 de fevereiro de 2022

Cirlene Jeane Santos e Santos

Everson de Oliveira Santos

Maria Ester Ferreira da Silva Viegas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS- UFAL
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE GEOGRAFIA

AMAUÍLIO MONTEIRO DA SILVA NETO

AS CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA NA CONSTRUÇÃO DO DEBATE SOBRE
GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em: 26 de fevereiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Cirlene Jeane Santos e Santos
Orientadora



Maria Ester Ferreira da Silva Viega

Membro 1



Everson de Oliveira Santos

Membro 2

MACEIÓ
2022

“Minha comunidade morre todos os dias (...)
Peço a você, considere isto: Estamos falando de
um SER HUMANO. Todos nós somos seres
humanos! E sobre inclusão. E eu jamais pedirei
a qualquer um de vocês por respeito eu vou
exigir RESPEITO! Você não irá dizer que me
aceita! Você não irá dizer que me tolera! Você
não tem esse poder! Eu retiro de você!!! VOCÊ
IRÁ ME RESPEITAR POR QUEM EU SOU.”

Dominique Jackson

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, pelo apoio e confiança, em especial a minha Mainha, Painho, Tia Zil, Tio Zé e Tia Graça que infelizmente não está aqui mais em vida para acompanhar esse encerramento de ciclo. A eles agradeço pela força, apoio e companheirismo.

Agradeço as minhas tias, primas e primos que cresceram comigo e ajudaram no incentivo, em especial a matriarca Maria José por todo carinho de sempre. Aos meus irmãos Camila e Danilo pela amizade e cumplicidade de sempre, quero deixar registrado que amo vocês.

À minha orientadora Profa. Dra. Cirlene Jeane Santos e Santos, pelo apoio de sempre em acreditar no meu potencial e por apostar que um tema tão pouco discutido em geografia, minha gratidão. Aos professores que foram importantes durante meu processo de formação e que contribuíram grandemente no meu desenvolvimento.

A banca examinadora. Aos meus amigos que proporcionaram nos quatros anos de graduação momentos marcantes de companheirismo e de construção de novas perspectivas. Obrigado Alycia, Raquel, Jônatas, Leandro, Michalisson, Thalita, Edvan, Debora e Mayara por todo carinho, risos, choros e aprendizados. Vocês foram fundamentais.

Aos meus amigos de Usina Ciência meus agradecimentos mais vividos, vocês foram e são importantíssimos na minha trajetória na universidade e na vida. Aos meus amigos de vida João, Josivânia, Maykson e Tulio, pelo apoio, carinho, ensinamento, risos e humilhações. Aos meus amigos de sempre Jaine, Pedro, Cibele, Israel, Mariana, Eron, pelo apoio, vivencia, carinho, risos e aprendizado. Ao meu amigo Darlan por tudo, risos, apoio, momentos e carinho comigo, você é importante.

Aos servidores da Usina Ciência minha sincera gratidão e reconhecimento. Obrigado Elisa, Flor, Eva e Socorro. À Renize meu agradecimento pelo carinho de sempre e cuidado, jamais irei conseguir retribuir suas ajudas e conselhos.

Aos Prof. Dr. Kinsey Santos Pinto; pelo aprendizado nas disciplinas cursadas e pelos ensinamentos enquanto coordenador da Usina Ciência. Ao Erick meu companheiro, que em muitos momentos me ajudou durante o final dessa jornada, sendo um amigo e companheiro durante este tempo. Agradeço ainda a Universidade Pública por ter me proporcionado esses momentos de formação pessoal e profissional.

RESUMO

O trabalho em questão busca fazer uma discussão sobre as políticas públicas voltadas para a educação sexual e de gênero na escola, uma vez que esse assunto se tornou ponto de conflito na sociedade brasileira recentemente com o avanço do conservadorismo. O intuito é descrever o cenário de violência que é submetida o público LGBT, identificando a importância de a educação sexual nas escolas afim sanar essa realidade e debater como a geografia pode contribuir nesse processo. Assim, para viabilizar o teste da hipótese, realizou-se uma pesquisa de finalidade básica estratégica, com objetivos descritivo e exploratório, sobre o método hipotético-dedutivo, com abordagem qualitativa e realizada com procedimentos bibliográficos e documentos oficiais. A pesquisa mostrou dados alarmantes de violências contra a população lgbtqi+, descrevendo como a conduta negligente do estado durante anos com o atraso na implementação de políticas públicas adequadas na escola contribuiu sistematicamente para esse processo, agravado pelo período de retrocesso que vivemos no país com a escalada de grupos de extrema direita ao poder. A finalidade é que por meios de ações eficientes e com a contribuição da geografia e do professor, possamos criar para além dos espaços de resistência, um espaço escolar que emancipe o sujeito que a frequenta, como objetivo de oferecer a ele a vida plena, os sonhos mais variados, o direito de ser e ter e a oportunidade viver uma busca plena de sua sexualidade.

Palavras Chaves: Cidadania, Políticas Públicas, Violência, Educação, Espaço Escolar.

ABSTRACT

El trabajo sobre el tema busca discutir políticas públicas orientadas a la educación de género y sexo en las escuelas, ya que este tema se ha convertido recientemente en un punto de conflicto en la sociedad brasileña como un avance muy conversacional. O sospecho y no creo que una escena de violencia sumisa o pública LGBT, identificar la importancia de la educación sexual en las escuelas para remediar esta realidad y debatir sobre geografía puede contribuir a este proceso. Aún así, para posibilitar o contrastar la hipótesis, se realizó una investigación de propósito estratégico básico, con objetivos descriptivos y exploratorios, en el método hipotético-descriptivo, con un enfoque cualitativo y realizado con procedimientos bibliográficos y documentos oficiales. Una investigación arrojó hechos alarmantes de violencia contra la población lgbtqia+, revelando cómo la conducta negligente del Estado retrasó durante años la implementación de políticas públicas adecuadas en las escuelas, contribuyó sistemáticamente a este proceso, agravado por el período de regresión que vivimos en ningún país con una escalada de grupos de extrema franqueza o poder. Al fin y al cabo, mediante acciones eficientes y con el aporte de la geografía y el docente, podemos crear dos espacios de resistencia el uno para el otro, un espacio escolar que emancipa o sujetos que muchas veces, como objetivo de oferta, tienen una vida plena, son más variada, o directa porque es una oportunidad para vivir una búsqueda completa de su sexualidad.

Palabras clave: ciudadanía, políticas públicas, violencia, educación, espacio escolar.

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAE	Conferência Nacional de Educação
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
GGB	Grupo Gay da Bahia
HIV	Infecção do Vírus da Imunodeficiência Humana
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LDB	Lei de diretrizes e base
LGBTQIA	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexual
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queer, Intersexo e Assexuais
MBL	Movimento Brasil Livre
PNAE	Pesquisa Nacional sobre Ambiente Educacional no Brasil
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PNDH	Plano Nacional de Direitos Humanos
PT	Partido Trabalhista
SPM	Secretarias de Política Pública da Mulher
SEPMI	Secretaria Política de Promoção da Igualdade Racial
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
STF	Supremo Tribunal Federal
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Total de denúncias/violações recebidas no disque.....	24
Gráfico 2– Discriminação por subtipos.....	25
Gráfico 3- Identidade das vítimas.....	30
Gráfico 4- Orientação sexual dos LGBTQ+, vítimas de mortes (2018-2020).....	31
Gráfico 5- Faixa etária dos suspeitos.....	33
Gráfico 6- Causa de Mortes de LGBTQ+ (2018-2020)	34
Gráfico 6- Mortes de LGBT em Alagoas (1981-2017)	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Casos violentos de mortes de LGBTQ+, Brasil, 2000 a 2019.....	26
Tabela 2- Orientação Sexual dos LGBTQ+, vítimas de mortes violentas – Brasil, 2019.....	32
Tabela 3- Local da Morte de vítimas LGBTQ+, em 2020.....	35
Tabela 4- Mortes violentas de LGBTQ+, por região do Brasil, 2019.....	37
Tabela 5: Bullying e Discriminação no Ambiente Escolar – FIPE/MEC- 2009.....	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A VIOLÊNCIA LGBTFÓBICA NO BRASIL.....	21
2.1 Violência LGBTfobica no Brasil.....	22
2.2 Os números da violência em alagoas.....	36
3 VIOLÊNCIA, PRECONCEITO E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS.....	41
3.1 Um breve histórico da Educação sexual nas escolas brasileiras.....	43
3.2 A história das políticas públicas voltadas para a educação sexual e seu papel ideológico.....	50
4 A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA NO DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL.....	57
4.1 A educação sexual na pratica geográfica na sala de aula.....	60
4.2 A importância da geografia enquanto ciência na luta por uma escola mais plural.....	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de conclusão de curso versa sobre a importância da inclusão de políticas públicas sobre educação sexual e de gênero nas escolas de nível básico no Brasil e de como a Geografia pode contribuir nesse debate atual e necessário.

O Grupo Gay da Bahia (GGB) mais antiga associação de defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queer, Intersexo e Assexuais (LGBTQIA+) no país, publicou no “Relatório pessoas LGBT mortas no Brasil”, que no ano de 2017, aproximadamente a cada 20 horas, uma LGBT morreu de forma violenta por motivação LGBTfóbica Brasil sendo o ano mais violento da série histórica.

Diante disso, segundo o referido relatório, 347 casos foram amplamente noticiados pela mídia tradicional (jornais, televisão, rádios) e as mídias sociais (*Facebook, Instagram, Whatsapp*) foram registrados no Brasil, apesar das subnotificações apontadas pelo próprio documento.

A violência contra pessoas LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queer, Intersexo e Assexuais - muito se relaciona com a intolerância pelo diferente, uma fragilidade reafirmada pelo processo educativo de conviver com o outro, que é diferente de si e dos seus valores.

A cultura machista se manifesta de maneira variadas no cotidiano, o machismo é um preconceito, expresso por atitudes e opiniões no dia a dia, e que contraria a igualdade de direitos entre os gêneros, favorecendo sempre o gênero masculino em detrimento do feminino. Indicar o padrão cis heteronormativo que é um sistema sociopolítico, no qual a heterossexualidade cisgênero masculina tem supremacia sobre as demais formas de identidade de gênero e sobre as outras orientações sexuais, como o padrão único a ser seguido e vivido, seja no modo de se vestir, seja na maneira de relacionar social, afetiva e amorosamente.

Historicamente, o espaço público era um espaço restrito aos homens, sendo eles os únicos a ser reconhecidos como cidadãos, ao sexo feminino foi direcionado o confinamento doméstico, sendo elas excluídas por séculos dos espaços públicos. Isso marcou profundamente a divisão do espaço público e espaço privado, sendo percebidos até os dias atuais.

Ao pensar por outro ângulo, muitas vezes ao insultar uma mulher ela vai ser chamada de mulher da rua, vadia, puta. Diante disso, podemos perceber que os gêneros masculino e feminino estão nitidamente ligados a essas instâncias, ao público e ao privado. Portanto, o conceito de gênero também nos ajuda a compreender o modo de organização da vida social, tanto no espaço público quanto na esfera privada (VIEIRA, 2016. p, 13).

E com a população LGBT+ não é tão diferente, observa-se que é um comportamento histórico e que durante muito tempo o público LGBT+ não era “aceito”, “tolerado” na sociedade, e foi nesse processo que se cria os espaços marginais, popularmente conhecidos como guetos nas grandes cidades, se tornando espaços de expressão de sua sexualidade.

Sujeitos com desejos, comportamentos e vivências homossexuais eram obrigados a conter suas manifestações de afeto e esconder suas relações amorosas, sob o risco de serem humilhados, expulsos de casa ou até mesmo mortos. Até hoje ainda existe pessoas que convivem com essa prática de ocultar sua sexualidade pelos mesmos motivos

Além disso, dados do Relatório: Observatório de Mortes Violentas de LGBTQIA no Brasil 2020, 237 LGBT+, apontam que houve mortes violentas no país. A cada 36 horas uma pessoa LGBT+ brasileira é vítima de homicídio ou suicídio, o que confirma e coloca o estado brasileiro como o mais letal em crimes contra minorias sexuais no mundo. O Estado de Alagoas apresentou 23 mortes violentas contra LGBT no ano 2017, sendo o quarto estado mais violento para LGBT na região nordeste naquele ano. No relatório do ano de 2020, Alagoas apresentou 15 mortes violentas de LGBT+, registrando uma leve queda dos números comparada a 2017.

Por consequência disso a produção espacial através do gênero e sexualidade é um dos instrumentos de discussão geográfica de maior atualidade nas políticas públicas de inclusão no Brasil e as escolas de ensino básico devem ser espaços para que esse tema tão atual seja debatido buscando a igualdade entre os diversos gêneros.

O debate sobre as questões de gênero e sexualidade são relativamente recentes no Brasil. Temáticas como homossexualidade, diversidade sexual, orientação sexual e identidade de gênero só irá surgir a partir de 1996 nos documentos de referências elaborados pelo governo federal na área de direitos humanos (VIEIRA, 2016).

O Brasil discutiu pela primeira vez o tema em 1996 no Plano Nacional de Direitos Humanos (I PNDH) marcando as questões em relação ao público LGBTQIA (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexual), sendo este o primeiro documento oficial desenvolvido pelo Estado brasileiro a citar a categoria homossexualidade visando uma obtenção de direitos (VIEIRA, 2016).

O I PNDH a cita homossexualidade na posição de grupo em situação de vulnerabilidade, citando a prevenção da violência, o direito à vida e a segurança das pessoas pertencentes a esse grupo. “Apoiar programas para prevenir a violência contra grupos em situação mais vulnerável, caso de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, indígenas, migrantes, trabalhadores sem – terra e homossexuais” (BRASIL, 1996, p.7).

Assim, o PNDG, surge com o propósito de assegurar direitos civis básicos por meio de políticas públicas voltadas para garantir a integridade física, liberdade e o espaço de cidadania de populações vulneráveis e como histórico de discriminação.

O PNHD II foi lançado no ano de 2002. Nesse documento existe uma ampliação do entendimento do que seria um conjunto de direitos da população LGBTQIA. Nessa nova etapa o II PNHD aborda tópicos como a garantia dos direitos a liberdade, não discriminação a questões relacionadas à orientação sexual que acabam afetando outras questões como por exemplo a adoção de crianças, proibindo a discriminação no ambiente de trabalho e também a criação de políticas públicas de prevenção, combate e tratamento a doenças como HIV/AIDS.

246. incentivar programas de orientação familiar e escolar para a resolução de conflitos relacionados à livre orientação sexual, com o objetivo de prevenir atitudes hostis e violências (BRASIL, 2002, p.19).

A segunda versão do documento propõe a criar programas de capacitação de profissionais das áreas de educação, segurança e judiciário para promover a compreensão e a consciência ética sobre as diferenças individuais e a eliminação dos estereótipos depreciativos como a relação aos LGBT (BRASIL, 2002).

O Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos PNHD III foi elaborado no ano de 2010, e nele traz um avanço significativo em comparação aos dois primeiros PNHDs. As questões LGBTs irão ser direcionadas à universalização dos direitos e garantias de gênero. No III PHND, o tópico sobre a população LGBT é aprofundado em relação aos anteriores, atravessando por vários eixos, diretrizes e objetivos do documento. Refletindo o avanço histórico que vivia a sociedade brasileira na época (VIEIRA, 2016).

E nesse contexto, as múltiplas faces que o tema apresenta não se dá somente na estrutura do documento, mas também no modo como orientação sexual é correlacionada com outras formas de discriminação e desigualdade. Essa forma de incrementar a perspectiva da pluralidade sexual faz sentido ao considerar que todas as pessoas necessariamente possuem um sexo, etnia, sexualidade, idade, nacionalidade etc. Sendo, portanto, esses marcadores sociais possíveis de desigualdades e discriminação, uma vez que a sociedade capitalista tem no padrão cis heterossexual, masculino e branco seu único representante possível e todos grupo social que fuja desse padrão sofre consequências.

Na perspectiva educacional, o PNHD III expressa um amplo debate com outro programa importante, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, lançado no ano de 2003, no qual o principal requerimento é a inclusão da temática LGBT nos currículos de todos os níveis

da educação básica brasileira. O objetivo geral desse documento é promover uma cultura em direitos humanos, que possibilite uma formação para a cidadania aos alunos e a sua participação política.

Segundo o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), publicado em 2018, os direitos humanos são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos. É os direitos humanos que vai orientar o modo como os seres humanos individualmente vivem em sociedade e entre si, bem como estabelecer sua relação com o Estado e as obrigações que o Estado tem em relação a eles.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (2018), obriga o Estado a fazer algumas coisas e os impede de fazer outras. Os indivíduos também recebem responsabilidades, sendo assim, nenhum governo, grupo ou indivíduo tem o direito de fazer qualquer coisa que viole os direitos de outras pessoas.

Artigo 3º: Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Ninguém será mantido em escravidão ou em servidão; a escravidão e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos. Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica.

Os temas referentes a gênero, sexualidade e educação sexual foram abordados de formas transversais na escola por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais – *PCNs*. Com a intenção de possibilitar um currículo flexível, aberto e que estimula um aprendizado das questões da vida real para transformá-la, os *PCNs* trouxeram a orientação sexual como um tema transversal presente no ensino (BRASIL, 2002).

O objetivo do documento era promover reflexões e discussões de técnicos, professores, equipe pedagógica, pais e responsáveis, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica da escola no trato de questões da sexualidade (BRASIL, 1998). Conforme destaca Almeida *et al.* (2016), essa inserção nos *PCNs* teve por objetivo descentralizar o tema, centralizando o mesmo em diferentes campos disciplinares o que favorece abordagens pluralistas, interdisciplinares e privilegiando questões relativas à saúde, sexualidade, gênero e afetividade dos educandos.

Conforme descrito nos *PCNs*, "a orientação sexual" no contexto escolar contribui para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos, prevenção do abuso e da gravidez indesejada" (BRASIL, 1998). É nesse cenário que os temas de gênero, sexualidade e educação sexual foram mais inseridos no contexto escolar no Brasil, sendo os Parâmetros Nacionais de Educação representante do momento civilizatório que passávamos, no avanço de políticas públicas abrangentes.

No entanto, levando por um momento de retrocesso que atingiu o Brasil. O ano de 2013 é marcado no país pela onda de protestos puxados por movimentos ligados a direita liberal brasileira, com apoio massivo da mídia tradicional. O movimento iniciado em 2013 vai ser fundamental para o surgimento de uma forte onda conservadora ocupar posição de destaque na disputa de narrativas em cenário nacional.

O ano de 2014, marcado pela notoriedade nacional que ganha a discussão sobre gênero no Brasil, trouxe a partir disso, grande debate e polêmica devido ao início de uma polarização extrema que se espalharia por todo território nacional. Cita-se aqui, Vieira (2016) o qual destaca a luta ideológica de grupos religiosos dentro do congresso nacional, segundo ela “a bancada evangélica vem lutando contra e vetando projetos que propõe a inclusão de temáticas que tratam a equidade, identidade de gênero, orientação sexual e sexualidade na educação básica.”

Mostrando a força que o fator religião conseguiu novamente recuperar dentro das raízes do Estado. Pouco tempo depois esse extremismo religioso iria ajudar no golpe jurídico-parlamentar sofrido pela presidenta Dilma em 2016, dando pelo poder a forças retrógradas que levaria o país a um mar de retrocessos.

Outro fator importante nesse período histórico é o advento das *fakes news*, método que usa notícias falsas para manipular a opinião pública e difamar concorrentes políticos. Elas são usadas para espalhar desinformação e mentiras a debates importantes e necessário desgastando temáticas complexas ao simplismo. Um exemplo muito discutido até os dias atuais, foi o debate sobre uma possível ideologia de gênero, narrativa usada por grupos da extrema direita logo se difundiu por todo território nacional, difundidos por mensagens eletrônicas em aplicativos de mídias digitais como *whatsApp* e *twitter*, espalharam que educação sexual e gênero é uma ideia que deturpa os conceitos de ser homem e mulher, destruindo o modelo tradicional familiar.

É importante afirmar, que do ponto de vista acadêmico, a ideologia de gênero não existe. O que realmente existe são estudos de gênero que buscam discutir as causas da desigualdade política, econômica e social entre homens e mulheres. Nesse sentido, é correto afirmar que associar esses estudos a uma ideologia é uma tática usada por grupos religiosos, extremistas de direita e neofacista na tentativa de minar a credibilidade dessas pesquisas e confundir a opinião pública.

É nesse cenário de retrocessos nos ganhos civilizatórios que no ano de 2017 é aprovada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e é publicada através da resolução CNE/CP nº 2. A BNCC foi alvo de intensos debates nos três anos em que estava sendo construída. O documento acaba retrocedendo com todos os avanços narrados anteriormente, quando retira de seu texto as expressões “gênero” e “sexualidade”, o documento oficial apresenta apenas a

sexualidade como dimensão biológica em espaço restrito apenas na área das ciências da natureza, figurando do lado de conceitos relacionados às infecções sexualmente transmissíveis e à gravidez.

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira. Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança do seu próprio corpo. É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva. Além disso, os estudantes devem ser capazes de compreender o papel do Estado e das políticas públicas (campanhas de vacinação, programas de atendimento à saúde da família e da comunidade, investimento em pesquisa, campanhas de esclarecimento sobre doenças e vetores, entre outros) no desenvolvimento de condições propícias à saúde (BRASIL, 2017, p. 325).

Cabe salientar que, além desta delimitação curricular, a abordagem da sexualidade é restrita apenas ao oitavo ano do ensino fundamental. No que se refere a diversidade de gênero se opta por um silenciamento sobre a questão ao longo do documento. Fato que fere as diversas formas de gênero existentes, sendo agravada pela superficialidade no tratamento dos direitos humanos.

São nos espaços intitulados públicos (escolas, universidades, praças, parques, etc) que se desenvolvem as relações de vivências e coletividade da humanidade. Portanto é fundamental que esses espaços sejam livres das amarras do preconceito e que não promovam nenhum tipo de desrespeito aos vários sujeitos presentes nesses espaços.

Então, para se pensar os espaços públicos e educativos precisamos analisar a cidadania. O significado da palavra cidadania é a qualidade ou condição de cidadão, ou a condição da pessoa que é membro de um estado que se acha no gozo de direitos. Se voltarmos no tempo e buscarmos a origem da palavra cidadania, iremos saber que ela é derivada de cidade e nada mais é que o exercício de um conjunto de direitos e deveres tanto político como social imposto em um país, através de sua constituição.

Segundo Andrade *et al.*, (2009), a cidadania é responsabilidade perante nós e perante os outros, consciência de deveres e direitos, impulso para a solidariedade e para a participação, é sentido de comunicação de partilha, é insatisfação ao que é injusto, ou seja, o ser cidadão é lutar contra as injustiças cometida por um sistema nefasto e cruel ao qual estamos inseridos.

Dito isso é necessário entender a importância do ensino de geografia, uma vez que esse processo de dinâmica cidadã irá acontecer no espaço geográfico (espaço público/espaço escolar). Entendo a geografia como uma disciplina que vai servir como fio condutor para o exercício da cidadania nesses espaços.

Se no ambiente da escola o estudante tiver uma base sólida, que lhe ofereça possibilidades de criar um pensamento crítico, ele irá levar isso para toda sua vivência pessoal, profissional, cidadã, etc. portanto a escola possui importância crucial em “fornecer referências e competências básicas que permitam o indivíduo continuar durante toda a sua vida a desenvolver e a ampliar os seus conhecimentos em função de uma autonomia” (VIEIRA *et al.*, p. 15, 2016).

Nessa linha de raciocínio, a escola pode e deve contribuir muito na construção de um espaço público que ofereça cidadania e igualdade/equidade extensivo a todos que constituem a comunidade escolar. Dessa forma, pensar o debate de gênero e sexualidade a partir da educação geográfica com uma perspectiva cidadã é um urgente e se constitui em um grande desafio.

Sabe-se que a escola por fazer parte da composição do Estado, compõe o seu aparato de construção ideológica, sendo assim, constituída com bases inseridas em uma lógica capitalista que a torna uma instituição que representa a sociedade machista, patriarcal, cristã, misógina, racista e LGBTfóbica. E nós por sermos sujeitos pertencentes a essa lógica por vezes assimilamos e reproduzimos tais discursos e posturas em nosso cotidiano.

É notório os avanços quanto aos direitos LGBTQ+, porém ainda temos muito a conquistar tem-se uma longa avenida a percorrer pela frente. Portanto, a instituição escolar é um instrumento poderoso, para obtenção da igualdade/equidade espacial entre os diferentes grupos sociais que preenchem ela, visando a diminuição dos casos de violência contra a população LGBTQ+ no Brasil.

Para muitos que se “desviam” do que é pautado a norma cis heterossexual, sofrem consequências bastantes traumáticas como humilhação pública, segregação e violências físicas, verbais e psicológicas. Ações de ofender, humilhar, e ameaçar o público LGBT é um forte meio de opressão e controle. Porém é importante frisar que essas agressões se tornaram crime logo após o Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019 entender que a constituição deveria proteger na forma da lei essa população e resguarda seu direito à vida. Categorizado como criminalização da homofobia, uma vez que o STF age de forma generalista em suas ações, a lei de 2019 salvaguarda todos os membros da sigla. A decisão do STF equipara a homofobia e a transfobia no artigo 20 da lei 7.716/1989, que criminaliza o racismo.

Um marcador social muito importante nessa discussão são as religiões de origem cristão, que em sua grande maioria condenam e perseguem por meio de pressões psicológicas a população LGBTQ+, integrantes em seus dogmas. Negam a esses sujeitos que tenham relações afetivas e sexuais com outras pessoas do “mesmo sexo”, o direito ao casamento é negado, a família, e à criação ou adoção de filhos, e acusam os militantes que lutam por igualdade/equidade de gênero de serem provedores de uma “ideologia gênero.”

Os grupos que transgridam o corpo, são mais estigmatizados e sofrem violência bem mais severas, como é o caso dos corpos transgêneros que são agredidos/as e insultados/as por sua aparência e comportamento, sua identidade de gênero em nossa sociedade é sistematicamente negada, são marginalizados em locais públicos e no mercado formal de trabalho, do ambiente escolar e da vida diurna. Restando a esse grupo ocupar os espaços públicos durante a noite como “local de trabalho” em sua grande maioria.

A lgbtfóbia é um fenômeno que está bastante presente no ambiente escolar brasileiro. É comum ouvir histórias de pessoas nessa condição que tenham sido oprimidos por educadores/as ou colegas de sala devido sua sexualidade. É importante destacar que professores e funcionários também são vítimas desse crime, tendo os seus maiores algozes os próprios colegas de profissão.

Perante tais evidências, a contenção da homofobia começou a fazer parte do esforço de combate à discriminação, do respeito às diferenças e da valorização das diversidades na escola. Segundo o relatório de Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais (2009, p. 149), “atitudes discriminatórias contra as sexualidades consideradas desviantes entre as próprias/os estudantes são a contrapartida da vigilância que se exerce sobre as sexualidades consideradas “normais”.

Por isso, o processo de vivência escolar com o tema da educação sexual e de gênero é importante, pois irá auxiliar nas maneiras de evidenciar desigualdades de gênero e sexualidade que estão expostos na vida social do aluno e suas possibilidades de transformações.

A inclusão precisa ser um processo no qual haja respeito as todas formas de diferenças, no qual se rompam com os limites segregadores da padronização imposta pelo capitalismo, no sentido de construir um espaço em que a diferença tenha oportunidade para expressar, interagir e fluir.

É possível observar como a proposta é presente no espaço escolar, e como é urgente a busca pelo diálogo por igualdade/equidade na relação entre o gênero, sexualidade e educação sexual. Ressalta também a urgente necessidade de trazer para a ciência geográfica temas plurais para a partir disso se possa buscar espaços onde as relações sejam mais equânimes. Segundo

aponta Gomes (2007) e a geografia nos permite mergulhar e encontrar caminhos diversos para perceber o mundo “há tantas geografias quantas são percepções do mundo.”

Haesbaert (2014), em sua visão, destaca as políticas públicas como aquelas que se trata de programas de ações desenvolvidas direto ou indiretamente pelo Estado, com vistas ao interesse público, ou, de modo mais estrito dos princípios e propósito que animam as decisões do Estado em várias áreas onde germina o interesse público, tal como eles irá se expressar em programas e ações.

Existem dois tipos de paradigmas principais junto com as políticas públicas, o primeiro vai ser entender como um conjunto de programas e ações governamentais voltadas para o alívio de situação de pobreza, privação e vulnerabilidade. O outro ponto diz respeito aos programas e ações que buscam sanar problemas sociais, atender necessidades e criar oportunidade (HAESBAERT, 2014).

A escola pode e deve ser esse elo que ofereça oportunidades e atenda de forma equânime os sujeitos que frequentam seus muros, uma vez que ações realizadas no espaço escolar de maneira correta possibilita a transformação de sua comunidade, levando seus frutos cada vez mais longe em um trabalho de emancipadora de realidades.

É de extrema importância que as políticas públicas sejam empregadas com responsabilidade e não apenas como propostas bonitas, pois seu não desenvolvimento pode custar traumas imediatos e profundos. É necessário a luta para que elas saiam do papel e se tornem práticas de bem-estar social e igualdade entre todos os cidadãos.

Nessa perspectiva, diante do cenário violento para LGBTQIA+ no Brasil e a falta de políticas públicas adequadas, percebe-se a necessidade de se iniciar um debate sobre políticas pública de educação sexual na escola, buscando através disso uma melhor compreensão na diversidade, aceitação, respeito às diferenças e assim, atuar na redução da LGBTfobia de maneira educativa.

Portanto, indaga-se a seguinte pergunta norteadora: as políticas públicas sobre educação sexual implantadas nas escolas de nível básico têm surtido o efeito esperado? Então, o objetivo geral da presente pesquisa é avaliar os efeitos das políticas públicas nas escolas de nível básico, voltadas à educação sexual a fim de reduzir a violência LGBTfobica.

Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: descrever vivência de violência a que é submetida o público lgbtqia+; identificar a importância da educação sexual nas escolas e debater como a geografia pode contribuir nesse debate.

Parte-se da hipótese que as políticas públicas desenvolvidas e implementadas nas escolas de nível básico no Brasil a respeito do debate e conscientização que diminuam a

violência LGBTfobica tenha se mostrado infrutífera, pois os índices de violência continuam em curva crescente, negligenciando assim o amplo potencial da escola em contribuir para disseminação de boas práticas por meio de ações efetivas.

Assim, para viabilizar o teste da hipótese, realiza-se uma pesquisa de finalidade básica estratégica, objetivos descritivo e exploratório, sobre o método hipotético-dedutivo, com abordagem qualitativa e realizada com procedimentos bibliográficos e documentos oficiais.

O percurso metodológico que nos conduziu nesta jornada de escrita, baseia-se em uma referencial teórico de políticas educacionais, dados e estatísticas oficiais, leis, documentos oficiais e autores que versam sobre o tema proposto com o intuito de fazer uma análise das possibilidades de discussão, e a partir disso propor o debate sobre um assunto tão atual e importante. Devido a pandemia de COVID-19 que assolou o mundo no início de 2020, impossibilitou a realização da pesquisa na escola, sendo o trabalho uma revisão sobre o conteúdo, trazendo algumas propostas para a aplicação do tema em sala de aula.

No primeiro capítulo, são descritos a vivência violenta que a população LGBTQIA+ sofre no Brasil, bem como os números em Alagoas e a importância das políticas públicas voltada a essa parcela da população.

No segundo capítulo, trabalharemos a história das políticas públicas em educação sexual no Brasil, em seguida realiza-se um diálogo sobre a importância da educação sexual nas escolas de nível básico e discutiremos questões atuais que foram trazidos ao debate público como: o projeto de lei escola sem partido, kit gay e fake News que iniciaram o processo de retrocesso.

No terceiro capítulo, fazer um levantamento de como a Geografia pode contribuir nesse debate. Ao concluir-se que os objetivos são atendidos e a pergunta respondida com a confirmação (ou com a não confirmação), indicando que se faz necessária a adoção e implementação das políticas públicas já existente em uma estratégia para a tentativa de enfrentar os problemas ocasionados pela intolerância pautando a melhor compreensão e respeito a diversidade, atuando desta forma na redução da homofobia/lgbtfobia de maneira efetivamente educativa.

2 A VIOLÊNCIA LGBTFÓBICA NO BRASIL

O Brasil se destaca de forma negativa como um dos países mais LGBTfóbicos do mundo. A LGBTfobia, é descrita por Junqueira (2007), como ódio ou rejeição às pessoas que pertencem a comunidade LGBTQIA+ (gays, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais, queer, intersexo e assexuados). Portanto a LGBTfobia é a violência sofrida pela população LGBTQIA+, que é sustentada no ódio ou aversão a sua manifestação sexual e de gênero.

A violência e preconceito que os sujeitos inseridos nesse grupo social irão sofrer está dentro de uma dinâmica espacial, vinculadas as formas contraditórias como nossa sociedade perceber a população LGBTQ+, sendo assim se torna uma construção social enraizada em um discurso cultural, político e religioso movida pelo capitalismo. Apesar de avanços no que diz respeito ao debate público, a população LGBTQIA+ continua sendo marginalizada e subjugada perante ações de políticas públicas que devem ser tomadas acerca do tema. De acordo como o Relatório Violência Lgbtfóbica No Brasil (2016, p. 6):

A concepção dos termos LGBTfobia, preconceito e violência é categórico para o entendimento da dinâmica sociocultural e política no cenário de vivência atual da população LGBT. Apesar de avanços na aceitação da homossexualidade, o debate sobre esse assunto é de grande relevância para se evidenciar quais são os tipos mais recorrentes de violência sofrida por esta população no Brasil, assim como os principais resultados e atitudes a serem tomadas acerca do tema.

É nesse domínio que os dados disponibilizados nos vários documentos analisados tais como Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil do ano de 2012 a 2013, “Relatório violência LGBTfóbica no Brasil: dados de violência” do ano de 2016, “relatório pessoas LGBT mortas no Brasil” de 2017, Relatório População LGBT morta no Brasil em 2018, Relatório Mortes Violentas de LGBT+ em 2019, do GGB, realizados por vários institutos e órgão oficiais como o Ministério de Diretos Humanos, hoje, Ministério da Mulher, Família e dos Diretos Humanos e GGB, irá nos ajudar a entender a realidade de violência que é submetida a população LGBT no Brasil.

2.1 Violência LGBTfobica no Brasil

É dever do Estado brasileiro a manutenção do bem-estar social de toda sua população. A Constituição cidadã de 1988, expõe que o povo exija legitimamente a formulação de políticas públicas que devem garantir os direitos básicos no convívio em sociedade para todos.

No Brasil a Luta por direitos é historicamente marcada por grandes avanços e significativos retrocessos, é assim nas mais diversas situações e como o movimento de luta pelo direito da população LGBTQIA++ não vai ser diferente, uma vez que vivemos a ascensão de movimentos de extrema direita, conservadores e fascistas empregadas todas na figura do que se denomina “bolsonarismo” causando dessa maneira um afloramento de retrocessos civilizatórios no interior da sociedade brasileira (NUNES, 2018).

Grupos conversadores advindo da classe média brasileira com apoio da mídia tradicional trouxeram ao debate público um revisionismo histórico perigoso, contestando acontecimentos e fatos históricos de não terem acontecido ou usando uma narrativa mentirosa para deturpar fatos em prol de opiniões, discurso essa encabeçado e sustentado pelo atual Presidente da República Jair Bolsonaro.

Outro ponto fatalmente escandaloso que o Bolsonaro trouxe foi a massiva deturpação de pautas sociais na discussão do bem público e coletivo, contaminando com *Fake News*, assunto de relevância na sociedade, sempre usando o discurso moralista para impedir avanços importantes. Movimentos ligados aos Direitos Humanos começaram a sofrer diversas perdas e ataques, unicamente por pautarem a luta e cobrar direitos básicos.

O movimento LGBTQIA+ foi um dos movimentos mais atacados pelo Bolsonaro, Apoiados em um discurso totalmente intolerante do atual representante do Executivo Nacional, milícias digitais ligada a esses movimentos (conservador, extrema direita e bolsonarista) usou do advento das *Fakes News* como forma de inflar o debate público, amparadas em mentiras como a “mamadeira de piroca”, “*kit gay*” e “ideologia de gênero” desfazendo todo um período de conquistas favoráveis na batalha por uma sociedade mais justa e equânime.

O ódio, então começou a ser normalizado internamente na sociedade brasileira, um discurso que ganha legitimidade na figura do Presidente da República com famosas frases que reforça seu ódio: “o filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva um couro (surra) e muda

o comportamento dele, esse pessoal não tem nada a oferecer”, se referindo ao valor do LGBTQIA+ na sociedade, “que respeitar homossexual, eles que tem que nos respeitar”.

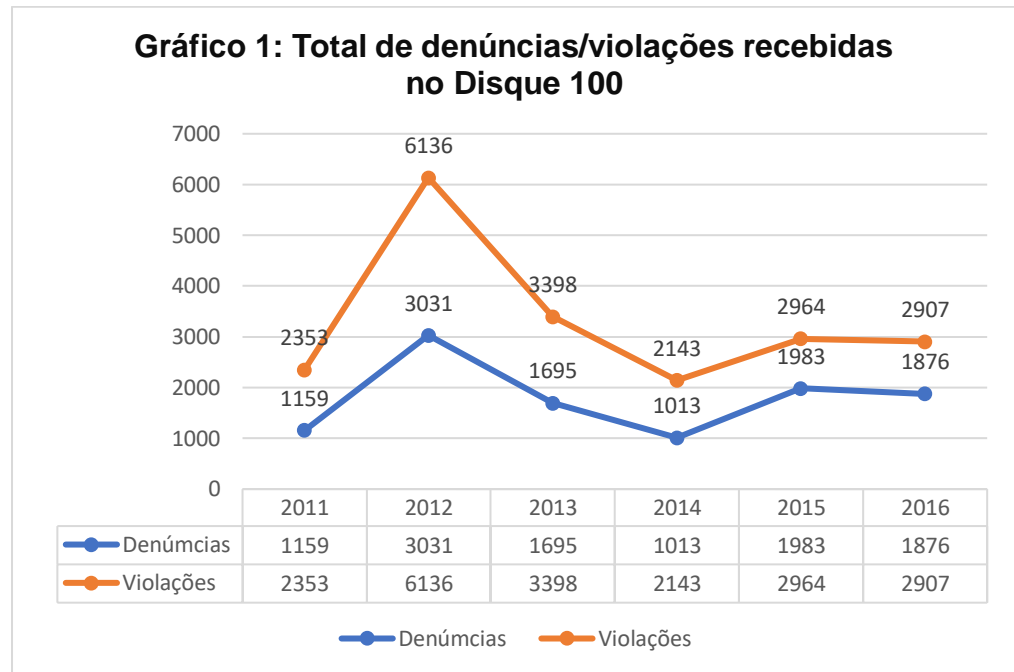
Cita-se também: “o sangue de homossexual pode contaminar o sangue de um heterossexual, o próximo passo será a adoção de crianças por casais homossexuais e a legalização da pedofilia”. Tais frases, atrela a figura do gay ao crime de pedofilia, como aquele que seria incapaz de amar um filho gay, ensinar para criança que ser gay é normal? NÃO! e “não existe homofobia no Brasil, contribuindo significativamente para os retrocessos e a violência que se abate contra a população LGBTQIA+”.

Nesse cenário, é importante analisar o documento a seguir não apenas como um sistematizador de dados, mas também como um instrumento para se debater e pensar políticas de enfrentamento as violências (físicas, psicológicas, verbais) que atingem a população LGBTQIA+ no país.

Os dados apresentados no relatório violência LGBTfóbica no Brasil: dados de violência” do ano de 2013, busca também trazer informações relevantes aos “movimentos sociais e sociedade civil, para que de maneira integrada possam desenvolver ações não governamentais que visam o combate a LGBTfobia” (BRASIL, 2013. p.7). É importante destacar que o relatório é anterior a lei que criminaliza a homofobia aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 13 de junho de 2019.

Os dados apresentam uma série histórica de denúncias e violações contra LGBTQIA+ recebidas pela fonte oficial “disque 100” ao longo de 2011 a 2016. O relatório mostra que desde do momento que o mecanismo oficial (disque 100) criou o serviço em 2011 houve um pico de denúncias e violações no ano de 2012 e depois disso o número apresentou uma queda constante até o ano de 2014, mostrando em 2015 um aumento de 821 denúncias em relação ao ano anterior.

Gráfico 1- Total de denúncias/violações recebidas no disque



Fonte: Relatório LGBTFÓBIA – Dados da violência, 2016. Adaptação: Autor, 2022.

Os dados refletem um período histórico de retrocessos vividos no país, a onda conservadora que assola o Brasil a partir de 2014 abre espaço para os índices de violências serem cada vez mais presentes no dia a dia dos LGBTQs.

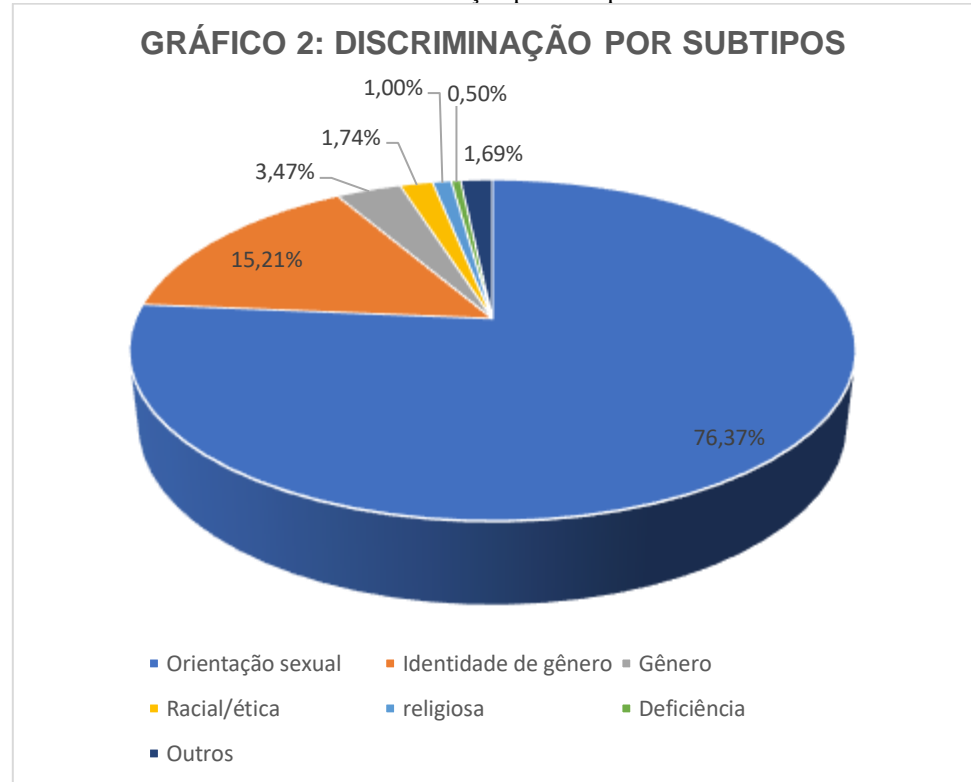
Desta forma os dados disponíveis no “Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil do ano de 2012”, “Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013” que teve sua divulgação apenas no ano de 2016, e os disponibilizados pelo “Relatório Mortes Violentas de LGBT+ em 2019” e “Relatório: Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil, 2020”, do GGB, será de bastante importância no entendimento abrangente da evolução dos números em território nacional.

Ao analisar o próximo gráfico iremos perceber, que a população LGBTQIA+ é a que mais sofre com a discriminação. No Brasil mais de 80% da discriminação que ocorre são relacionadas a orientação sexual e a identidade de gênero¹. Vale ressaltar que no gráfico outros

¹ Gênero - Conceito formulado nos anos 1970 com profunda influência do pensamento feminista. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero

tipos de discriminações são apresentados, como religiosas, racial, social, contra pessoas com deficiência e outras.

Gráfico 2– Discriminação por subtipos



Fonte: Relatório LGBTFÓBIA – Dados da violência, 2016. Adaptação: Autor, 2022.

Percebe-se através dos dados acima, que a população LGBTQIA+ é a que mais sofre discriminação. Diante disso cabem alguns questionamentos: o que faz a população que se encaixa no padrão heteronormativo melhor que as demais? Será que a orientação sexual pode definir uma superioridade? Será que pode definir quem vive e quem morre apenas pela lógica da identidade de gênero? As respostas vêm através de um imaginário construído historicamente por grande parte da sociedade, criando esse ideal frágil, sanguinário e cruel.

Sendo assim, as políticas públicas de combate às violências vividas por membros da população LGBTQIA+, devem ser amplamente discutidas em território nacional, pois possuem grande nível de importância.

Louro (2009) reflete a importância de ações que combatam a homofobia, colocando-as com grande nível de importância, que devem ser constantemente retrabalhadas, desconstruído

significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. Fonte: (GÊNERO, 2009, p. 43) disponível em: <https://grupodignidade.org.br/consultapublica/2-sexualidade-genero-e-sexo-biologico/>

discursos que localiza corpos em “polos de normalidades e não normalidades”, atribuindo assim aos sujeitos condições de existência para vidas que, segundo Judith Butler “importam socialmente, na relação com sua condição paradoxal de abjeção e marginalização social. (BUTLER, 2003, p. 72).

Butler (2003, p.38) ainda vai destacar como a naturalidade das práticas heteronormativas possui um parâmetro de coerências entre as ações discursivas, produzindo assim um alinhamento que, segundo ela refere-se à linearidade entre sexo, gênero e desejo, pensando a relação entre espaço escolar e heteronormatividade² e como ela dita a ordem das coisas seja no âmbito da prática pedagógica quanto espacial. Proporcionando ao corpo LGBTQIA+ um espaço socialmente marginal de todas as relações nos diferentes espaços, inclusive dentro do ambiente escolar.

Mesmo com todos os avanços conquistados no campo social nos últimos anos, vivemos ainda sob o julgo de uma sociedade de padrões tradicionais fomentado no modelo ocidental europeu: branco, masculino, cisgênero³, heterossexual e cristão. Nesse padrão de sociedade o preconceito contra pessoas e grupos que fujam dessa lógica é inevitável e sistemático.

Desta forma, os dados disponibilizados pela organização Grupo Gay da Bahia em seu “Relatório: Mortes Violentas de LGBT em 2019” e “Relatório: Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil, 2020”, demonstra como existiu uma elevação no número de LGBTQs vítimas de violência a partir de 2016 em todo território nacional.

Os dados expostos na Tabela 1 permitem visualizar os casos de mortes de LGBTQ+ vítimas de óbitos violentos no Brasil, entre os anos de 2000 a 2020, permitindo acompanhar sua preocupante evolução e agravamento ao longo dessas duas décadas.

QUADRO 1- Casos violentos de mortes de LGBTQ+, Brasil, 2000 a 2020

ANO	NÚMERO DE VÍTIMAS
2000	130
2001	132
2002	126
2003	125
2004	158
2005	135

² Por heteronormatividade, entende-se a reprodução de práticas e códigos heterossexuais, sustentada pelo casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal, constituição de família (esquema pai-mãe-filho(a)(s)). Na esteira das implicações da aludida palavra, tem-se o heterossexismo compulsório, sendo que, por esse último termo, entende-se o imperativo inquestionado e inquestionável por parte de todos os membros da sociedade com o intuito de reforçar ou dar legitimidade às práticas heterossexuais (FOSTER, 2001, p. 19).

³ **Cisgênero** é o sujeito que se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu. Fonte: CAMPOS, Lorraine Vilela. "Cisgênero e Transgênero"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sexualidade/cisgenero-transgenero.htm>. Acesso em 02 de setembro de 2021.

2006	112
2007	142
2008	187
2009	199
2010	260
2011	266
2012	338
2013	314
2014	329
2015	319
2016	343
2017	445
2018	420
2019	329
2020	237
total	5047

Fonte: Adaptado do Relatório Mortes Violentas LGBTQ+ de 2019. GGB, 2019. Disponível em <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>> acesso em agosto de 2021.

O ano de 2017 se destaca como o mais violento da série histórica, com 445 mortes violentas de pessoas LGBTQ+. Ao todo 5.047 cidadãos e cidadãs brasileiros foram vítimas mortais da intolerância, ódio, preconceito e descaso do estado brasileiro. É importante observar que os dados possuem uma oscilação anual do total de mortes, embora segundo o relatório “a curva revele tendência crescente, houve inexplicável redução em alguns anos, notadamente em 2006 e 2013, precedendo, portanto, a mesma anomalia observada em 2019 e 2020”.

O ano de 2019 também apresenta uma redução de 19% no número de homicídios gerais no país se comparados com 2018. Foram 41.653 mortes violentas, contra 51.558 no ano anterior, quase 10.000 a menos, segundo dados do índice nacional de homicídios do G1, feito com base nos números oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal, em parceria com o NEV-USP e FBSP.⁴

No mesmo ano observou-se a mesma tendência no segmento LGBTQ+, quando morreram 91 pessoas a menos em comparação aos 420 casos de 2018, contra 329, em 2019, a queda de mortes chega a 21,67% segundo o relatório do GGB. O relatório, entretanto, faz ressalvas importantes sobre essa redução, associando ao número de casos de mortes violentas.

O documento destaca a decisão vinda do Supremo Tribunal Federal, em 2019, quando julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 26), ao reconhecer o crime de homofobia como prática de racismo e passível de ser aplicada a Lei nº 7716/89. Além disso,

⁴ NEV-USP (Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo) e com o FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) (ALVES, 2020).

o GGB ressalta que foram retirados 58 casos da lista original, por dúvida em associar a vítima, sua orientação sexual e aos atos de homofobia. Isso aconteceu por ausência de recursos financeiros e humanos para levar adiante pesquisa mais aprofundada de cada caso.” Mostrando a importância de se implementar ações educativas de combate a homofobia estrutural e a busca de promoção de políticas públicas voltadas à cidadania da população LGBTQ+, podendo o espaço escolar ser esse mediador.

O espaço escolar será o primeiro aparelho repressor do estado apresentado ao sujeito LGBTQIA+, utilizando práticas pedagógicas de silenciamento ou ausência de políticas públicas que combatam ou diminuam os efeitos da LGBTfobia no dia a dia, corroborando para uma institucionalização sistemática da violência dentro e fora da escola. Radcliffe (2015) ao abordar a temática, afirma que apesar dos jovens carregarem consigo uma gama de preconceitos que muitas vezes são adquiridos na família, por influência de amizade ou da mídia, estes preconceitos precisam ser desconstruídos, e o melhor lugar para isso é a escola.

Entendendo que a escola tem como lógica teórica ser o espaço de todos, ela deve estar aberta ao diálogo, incitando pensamento crítico e a reflexão sobre a realidade política e social na qual está inserida, assim como a democracia deve agregar a todos os setores sociais, políticos e culturais nos mais diversos debates.

Desta forma o silenciamento da escola sobre a temática do gênero e sexualidade continua sendo uma maneira de institucionalizar o preconceito, independente ou não de relatos de casos de lgbtfobia dentro da instituição escolar, uma vez que a omissão desse diálogo proporciona e prolonga uma série de violências e silenciamentos na escola e na sociedade como mostram os dados no trabalho citados. Dessa forma Louro afirma:

Ao não falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda eliminá-los, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas ‘normais’ os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui, o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da “norma”. (LOURO, 1999, p. 67).

Dito isso é de extrema importância garantir o diálogo sobre gênero e sexualidade, tornando os termos rotineiro no imaginário das pessoas, sendo o ambiente escolar fundamental para isso e dessa maneira sejam criadas condições de fomentar um ambiente aberto às múltiplas formas de gênero, tendo o respeito e a manutenção de direitos como pontos primordiais.

O conceito de gênero refere-se à construção social do sexo anatômico. Segundo Leite *et al.*, (2011) ele foi criado para diferenciar a dimensão biológica da dimensão social, baseando-

se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e ser mulher é realizada pela cultura.

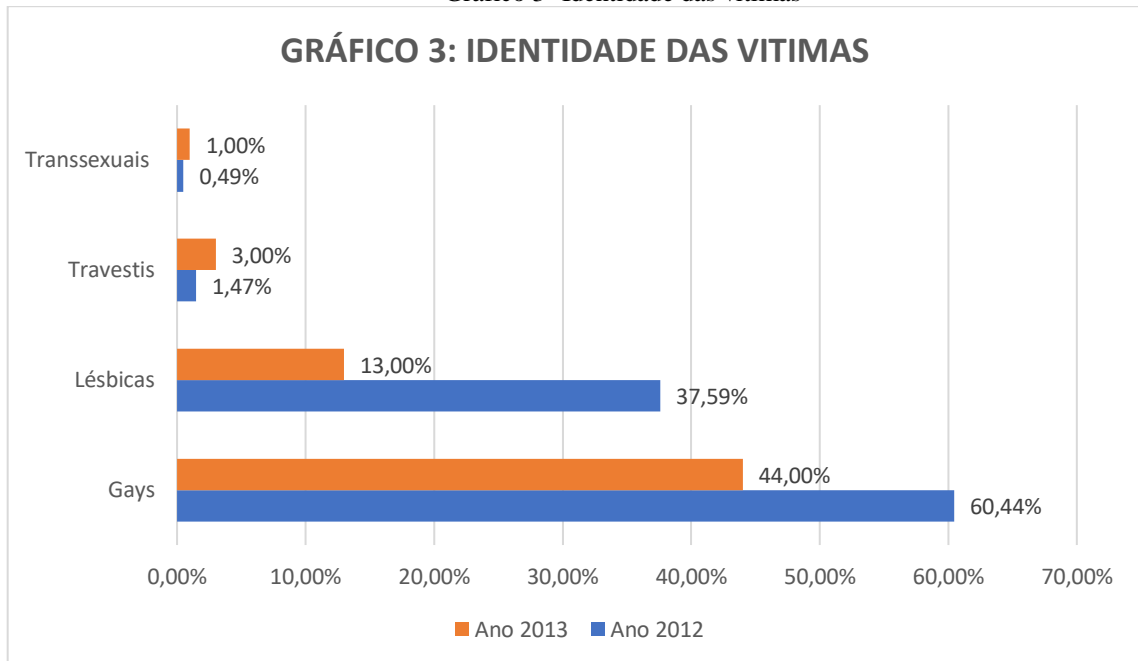
Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos, eles possuem papéis diferentes impostos pela cultura e sociedade. De acordo Formação de Professores em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relação Étnicos-Raciais; (2009, p.39):

O conceito de gênero foi elaborado para evidenciar que o sexo anatômico não é um elemento definidor das condutas da espécie humana. As culturas criam padrões que estão associados a corpos que se distinguem por seu aparato genital e que, através do contato sexual podem gerar outros seres: isto é reprodução humana.

Nesse sentido, homem e mulher são apresentados diante da sociedade através de uma construção do imaginário social, que se criou através de fatores históricos, culturais e principalmente religiosos. Nessa perspectiva o “diferente” desse padrão causa um tensionamento nas estruturas fixadas do capitalismo, gerando violências a sujeitos de formas deliberadas e enquadrando o espaço público em um ambiente não aberto às várias formas de expressão de gênero e sexual.

O próximo Gráfico (3) traz informações das vítimas de LGBTfobia, levando em consideração a questão da identidade de gênero. Nos dados dos relatórios de violência homofóbica no Brasil do ano de 2012 e 2013, entre as vítimas das denúncias 60,44% foram identificadas como gays, 37,59% como lésbicas, 1,47% das vítimas foram identificadas como travestis e 0,49% como transexuais. E percebi uma ligeira queda nos números entre gays e lésbicas de um ano para o outro, no ano de 2013 a quantidade de vítimas gays foi de 44,0%, lésbicas 13,0%. Já a de transexuais teve um aumento considerável de 3,0%.

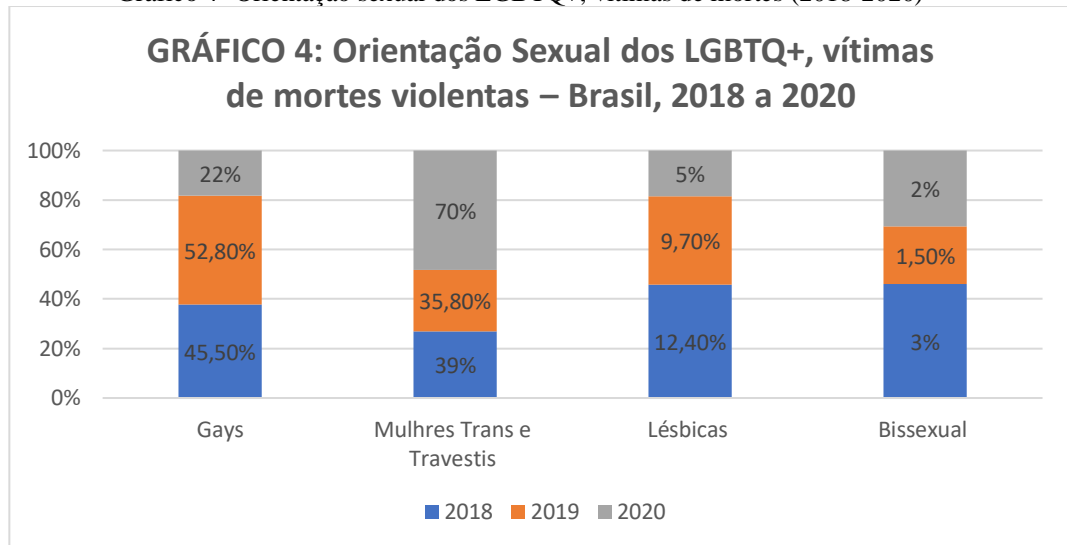
Gráfico 3- Identidade das vítimas



Relatório LGBTFÓBIA – Dados da violência, 2016. Adaptação: Autor, 2022.

Já os dados disponibilizados no “Relatório Mortes Violentas de LGBT” entre os anos de 2018 a 2020 trazem números no que se refere à orientação sexual e identidade de gênero das vítimas de mortes violentas no Brasil. O Gráfico 4 a seguir expõe que gays foram durante os anos de 2018 e 2019 as maiores vítimas de morte, mulheres transsexuais e travestis foram as mais afetadas pela violência LGBTfóbica no ano de 2020, com 161 casos mortes registradas, representando 70%, seguida por gays com 51 casos mortes (22%) e por lésbicas com 10 casos mortes 5% do total.

Gráfico 4- Orientação sexual dos LGBTQ+, vítimas de mortes (2018-2020)



Relatório Mortes Violentas LGBTQ+, 2018,2019 e 2020. Adaptação: Autor, 2022.

Os relatórios ainda trazem informações sobre a faixa etária das vítimas que sofrem com homofobia/lgbtfóbia⁵ no Brasil. É nítido nele que a população jovem e adulta são as mais afetadas pelos crimes desse âmbito: a faixa etária de 15 a 25 anos concentra cerca de 61,16% das vítimas em 2012 e 33,7% em 2013. As vítimas entre 15 e 18 anos representam uma parcela de 1,23% em 2012 e 0,8% no ano seguinte, enquanto a de 18 a 29 anos cerca de 59,93% em 2012 e 54,2% em 2013.

Diante dos dados expostos pode-se observar que essa faixa etária está bastante próxima da idade escolar e universitária, desse modo é fácil perceber a importância que a educação possui uma vez que ela tem a capacidade e o dever social de ajudar a formar cidadão e cidadã com entendimento crítico da realidade e sendo assim a escola também se constitui como um espaço de construção de conhecimento e de socialização de experiências, local esse onde as relações sociais e culturais se estreitam, é a partir dessa capacidade que escola se torna um ambiente de primordial relevância, podendo proporcionar espaços de debate, formação e vivência onde a prática cidadã do respeito seja a temática principal.

A Tabela 3 mostra os números de mortes por faixa etária, segundo dados colhidos pelo GGB em 2019. As estatísticas mostram que uma grande parte das vítimas estão entre a adolescência e a primeira fase da vida adulta, ou seja, entre 15 anos e 34 anos, somando 44,68%. Já no ano de 2020, é possível observar que a distribuição etária das mortes atinge a população

⁵ rejeição ou aversão a homossexual e à homossexualidade. Koehler.F.M.S. Homofobia, cultura e violência: a desinformação social. 2013.

entre 15 anos e 30 em 32,91% sendo a faixa de idade que mais morre no país, na porção da população entre 31 a 45 anos são 24,89% e por fim, o relatório mostra que na faixa etária entre 46 anos ou mais acumula 8,09% das mortes.

QUADRO 2- Orientação Sexual dos LGBT+, vítimas de mortes violentas – Brasil, 2019

Faixa Etária	Quantidade	%
10-14	2	0,61
15-19	13	3,95
20-24	51	15,5
25-29	43	13,07
30-34	40	12,16
34-39	27	8,21
40-44	33	10,03
45-49	18	5,47
50-54	22	6,7
55-59	9	2,7

Fonte: Relatório Mortes Violentas LGBT+ de 2019. GGB,2019. Adaptação: Autor, 2022.

É importante entender o espaço escolar como heterogêneo no qual os diferentes convivem inevitavelmente. A questão levantada é a qualidade dessa convivência, que se torna um problema quando ele se torna hostil e segregador. Os dados acima expostos mostram que a idade do público LGBTQIA+ que sofre mais violência se concentra entre 15 a 35 anos, esse é o momento em que se frequenta a escola e o mercado de trabalho. Desta maneira, é possível fazer uma leitura que se houvesse tido uma educação de qualidade, baseada no respeito às diferenças essa parcela da população não sofreria tanto com a homofobia/Lgbtfobia durante a idade escolar e nem tão pouco depois dela.

O motivo pelo qual a educação não contribui como poderia no combate a lgbtfobia, está associado ao histórico, uma vez que a escola como toda instituição do estado está permeada em suas bases de preconceitos. A escola e seus discursos, institui as maneiras como devemos agir em sociedade. É nesse espaço que se configura relações entre sujeitos múltiplos e as interações colaboram para o reconhecimento dos diferentes. Entretanto, o espaço escolar produz regras e discursos normativos.

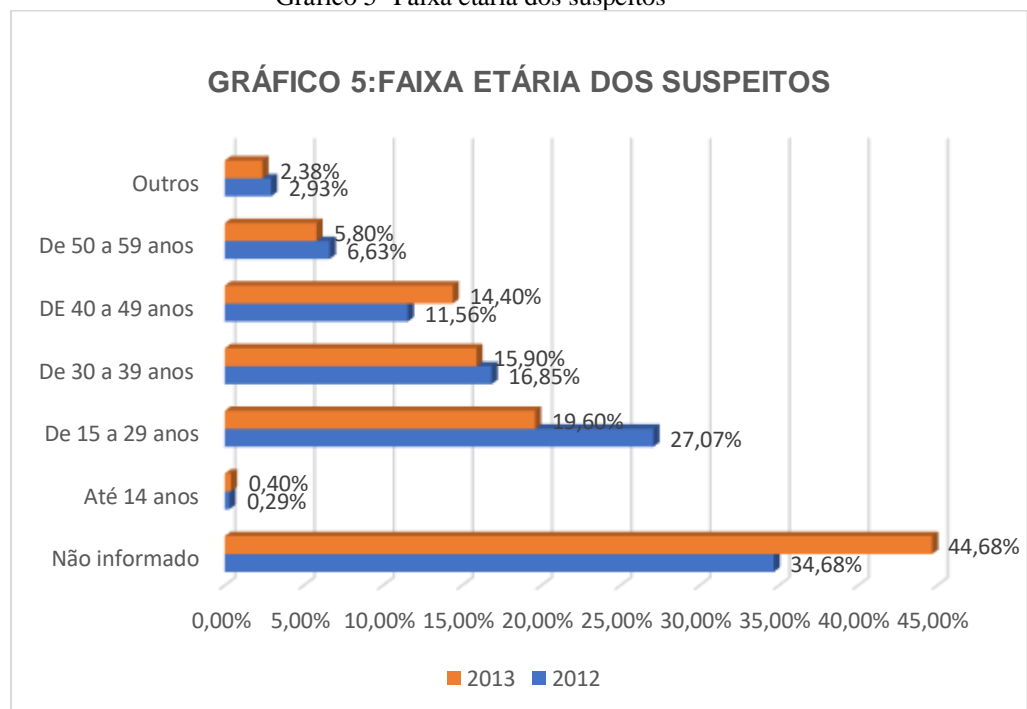
É nesse ambiente – disciplinar, regulatório e normativo – que segundo Longaray (2014) “se estabelece e se aprende quais os limites dos nossos corpos, de nossas ações, de nossos gestos, de nossas posturas, da nossa fala, de nossos desejos, entre outras questões” sendo a partir dessas regras que aprendemos que deve haver uma uniformidade entre os gêneros, uma harmonia heterossexual e uma normalidade corporal.

A escola é naturalmente um espaço de aprendizagens, interações e conhecimento, porém, para uma grande parcela de seus sujeitos, ela se configura em um espaço de recusa,

rejeição, tristeza, exclusão, pois nela vivenciamos que fugam da lógica heterossexual são marginalizadas, ignoradas e reprimidas, convivendo muitas vezes com a violência cotidiana de negação de sua existência.

Assim, o Gráfico 5 explica a idade dos agressores da população LGBTQIA+. A faixa etária entre 15 a 29 anos concentra a maioria dos sujeitos agressores idade de passagem pela escola, o que reafirma a necessidade de ter uma educação de qualidade e que seja capaz de promover igualdade e equidade entre os gêneros e as múltiplas formas de sexualidade, gerando assim um espaço escolar e conseqüentemente público que não ofereça risco para a população LGBT.

Gráfico 5- Faixa etária dos suspeitos



Relatório Mortes Violentas LGBT+, 2018,2019 e 2020. Adaptação: Autor, 2022.

Entre as idades expostas acima, a faixa etária de jovens entre 15 e 29 anos soma mais de 27% em 2012 e 19,60% em 2013 do total de suspeitos de praticar algum tipo de violência contra LGBTQs, seguida pela faixa etária de 30 a 39 anos. Nota-se então que existe uma alta concentração na juventude o que corrobora para a importância da educação como política pública eficaz e necessária.

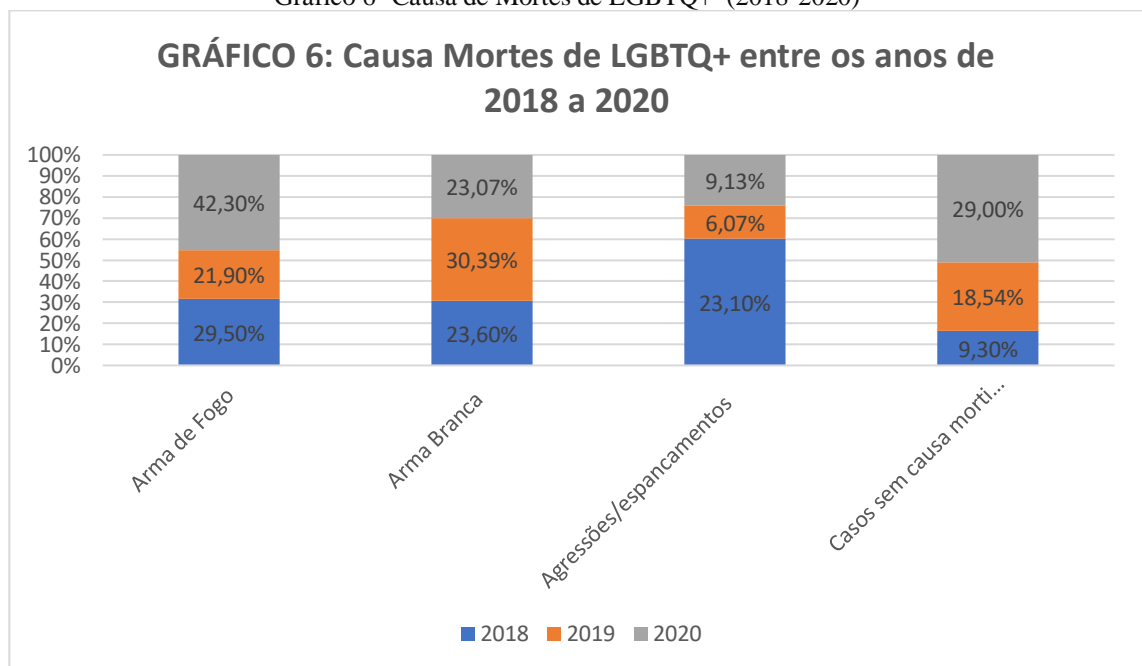
Entretanto percebe-se que a educação por meio do ambiente escolar se consolida como um espaço hostil por natureza, é preciso pensar maneiras eficientes de se reestruturar esse espaço por meio de políticas públicas de combate a preconceitos, fomentando momentos interdisciplinares e com equipes multidisciplinares comprometidas e capazes de repensar o

formato atual de escolas que excluem ao invés de acolher. Para isso é necessário a inclusão de todos setores ligados à educação, desde das secretarias de educação, passando por equipes pedagógicas, professores – com formação continuada – e demais membros que compõem a comunidade escolar.

Pode-se constatar também que as idades que concentram o maior quantitativo de suspeitos de práticas violência oscila entre 15 e 29 anos, sendo a faixa etária de jovens que estão ou deveriam estar ocupando espaços educacionais como escolas e universidades.

Ainda nesse sentido os dados de causa mortis se tornam essencial para o entendimento de como as formas que a violência atinge nossos corpos. Primeiro, por oferecer elementos que ajudem a desenhar a dinâmica dos crimes e assim propor prevenção à violência. Em segundo, por ajudar os sujeitos LGBTQ+ a se prevenir de possíveis agressores, objetos e armas disponíveis em casa ou via pública.

Gráfico 6- Causa de Mortes de LGBTQ+ (2018-2020)



Relatório Mortes Violentas LGBTQ+, 2018,2019 e 2020. Adaptação: Autor, 2022.

O Gráfico 6 mostra que arma de fogo continua sendo a mais comum causa mortis de LGBTQ+ nos anos de 2018 a 2020 foi a mais usada aparecendo em 124, 100 e 88 casos respectivamente, seguido por arma branca (faca, facão, tesoura) 99 dos casos em 2018, 72 em 2019 e 48 em 2020, outra tipificação recorrente nos relatórios do GGB é a advinda de agressões e espancamento 2018 apresenta 97 casos de mortes por meio dessa prática. Muitos casos não

possuem causa da morte identificadas devido aspectos como acidentes, corpos encontrados em avançado estágio de decomposição entre outros.

O local da morte é outro fator primordial dado na construção sobre a violência LGBTfobica no país, uma vez que segundo o Relatório Observatório de Mortes Violentas de LGBTI no Brasil (2020) “O local da morte é compreendido como uma das informações mais relevantes do relatório, dada informação evidencia as diferentes questões que percorrem e atravessam o corpo, raça, gênero, sexualidade e inúmeras questões físicas (limitações físicas etc.)” Logo, identificar o local das mortes, é também fazer uma ligação entre elementos do espaço geográfico, com os territórios da morte e com as dinâmicas espaciais em diferentes escalas e contextos.

QUADRO 3- Local da Morte de vítimas LGBTQ+, em 2020

LOCAL DA MORTE	NÚMERO TOTAL	%
Espaços Públicos	132	60,82%
Residência da Vitima	51	23,50%
Espaços Privados	34	15,66%
Total	217	100%

Fonte: Relatório Mortes Violentas LGBT+ de 2019. GGB,2019. Adaptação: Autor, 2022.

A Tabela 4 acima, expõe que 60,82% dos óbitos LGBTQIA+ em 2020, aconteceram em espaços públicos como praças, ruas, avenidas, terrenos abandonados, vielas, entre outros segundo o relatório de 2020, em seguida as mortes dos integrantes da comunidade aconteceram em 23,50% dos casos em suas residências e, por fim, os espaços privados foram em 15,66% dos casos o local da morte, esses espaços são compostos por hotéis, casas e comércio não pertinentes às vítimas. O documento ainda relata 20 casos onde não foi possível identificar os locais do óbito.

Diante destes fatos, podemos entender que a solução para a LGBTfobia passa diretamente pelo auxílio da educação básica. Segundo Vieira (2016) a religião tem grande influência sobre o preconceito existente na sociedade não heteronormativa. Sendo papel da escola também a função de esclarecer e quebrar dogmas que a condição homossexual de alguém por exemplo seja algo ruim ou pecado. A religião tem grande influência sobre os preconceitos existentes contra a população LGBTQIA+ e em nossa sociedade, estando consequentemente dentro das instituições. Em uma pesquisa feita pela Fundação Perseu Abramo, demonstra como existe uma influência massiva dos dogmas religiosos no nosso dia a dia:

A frase epígrafe “Deus fez o homem e a mulher com sexos, diferentes para que cumpram seu papel e tenham filhos” tem a concordância, em algum grau, de 92% (sendo 84% totalmente), contra apenas 5% que discordam; e concordam que a “homossexualidade é um pecado contra as leis de Deus” 66% (58% totalmente),

contra 22% que discordam (17% totalmente) – Dados que revelam o tamanho da colaboração religiosa para a intolerância com a diversidade sexual. E a contribuição do discurso médico não fica muito distante: 40% concordam (29% totalmente) que “a homossexualidade é uma doença que precisa ser tratada” embora 48% discordem (41% totalmente) (ABRAMO, 2016, p.).

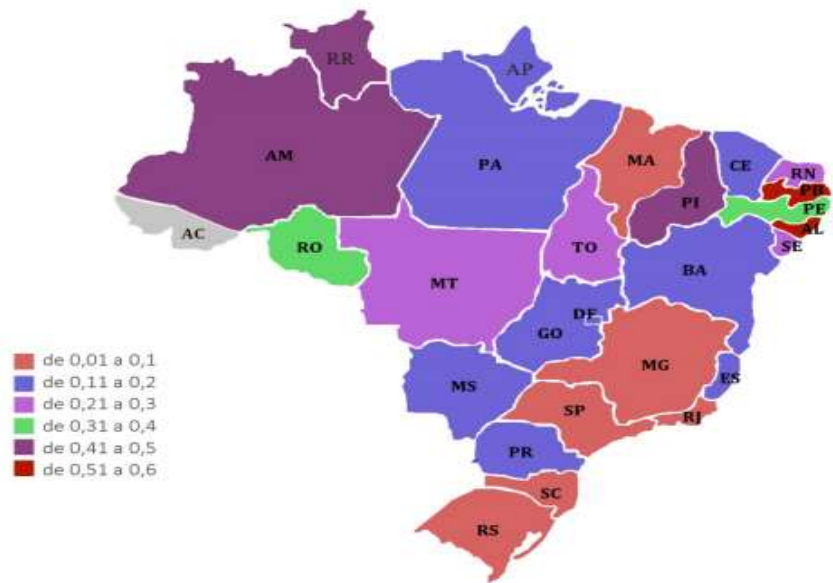
Desse modo, se faz necessário e urgente que haja um diálogo sobre o assunto nas salas de aulas como função de trazer o assunto para o cotidiano dos alunos, se tornando mais necessário e presente ainda mais no momento obscurantista que passa nossa sociedade, quebrando lendas conservadoras criadas recentemente como a “ideologia de gênero” que é usada para descontextualizar o debate civilizatório. Possibilitando que o tema seja discutido e que ocorra uma redução da violência contra a população LGBTQ+ efetivamente.

2.2 Os números da violência em alagoas

Os dados dos relatórios ainda disponibilizam dados por estados. Os dados são comparativos dos anos de 2011, 2012 e 2013 das denúncias reportadas pelos órgãos do poder público e referente aos anos de 2018 a 2020 fazem referência a mortes violentas ocorridas no Estado de Alagoas.

O estado apresenta altos índices de homicídios notificados por 100 mil habitantes. Os índices no território alagoano apresentam 0,58 homicídio por 100 mil habitantes, sendo o estado da federação mais letal para população LGBT na época. Sendo 18 homicídios notificados pelo órgão competente em Alagoas, os dados abaixo apresentam subnotificações, uma vez que ainda não existia na legislação categorizado a violência contra LGBTs como crime. A seguir o mapa retirado do Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano 2012 e 2013.

Figura 1- Mapa do Brasil segundo violência homofônica (2012-2013)



Fonte: Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano 2012 e 2013

No ano de 2019, o levantamento de homicídios e suicídios de LGBTQIA+ efetuados pelo GGB identificou casos em todas as unidades da federação, totalizando 329 mortes, com maior recorrência para a região Nordeste com 35,56%, Sudeste 29,79% e Norte com 17,02%. A Tabela 4 a seguir demonstra os dados das cinco regiões do Brasil.

QUADRO 4- Mortes violentas de LGBTQ+, por região do Brasil, 2019

Região	Quantidade	%
Nordeste	117	35,56
Sudeste	98	29,79
Norte	56	17,02
Sul	31	9,42
Centro-Oeste	27	8,21
Total	329	100

Fonte: Relatório Mortes Violentas LGBTQ+ de 2019. GGB,2019. Adaptação: Autor, 2022.

No que diz respeito aos números de violação denunciadas por 100 mil em Alagoas durante o período de 2012 a 2013, o estado aparece em 7º colocado com 65 registros de denúncias sobre 133 violações relacionadas à população LGBT. Porém o número pode esconder subnotificações uma vez que as legislações que cobrem o território alagoano são limitadas a duas leis estaduais.

A primeira lei é uma emenda à constituição estadual de N° 23/2001 em seu inciso I do Art. 2° da constituição diz o seguinte: “assegurar a dignidade da pessoa humana, mediante a preservação dos direitos invioláveis a elas inerente, de modo a proporcionar idênticas oportunidades a todos os cidadãos, sem distinção de **sexo, orientação sexual**, raça, origem, cor, credo ou convicção política e filosófica e qualquer outra particularidade ou condição

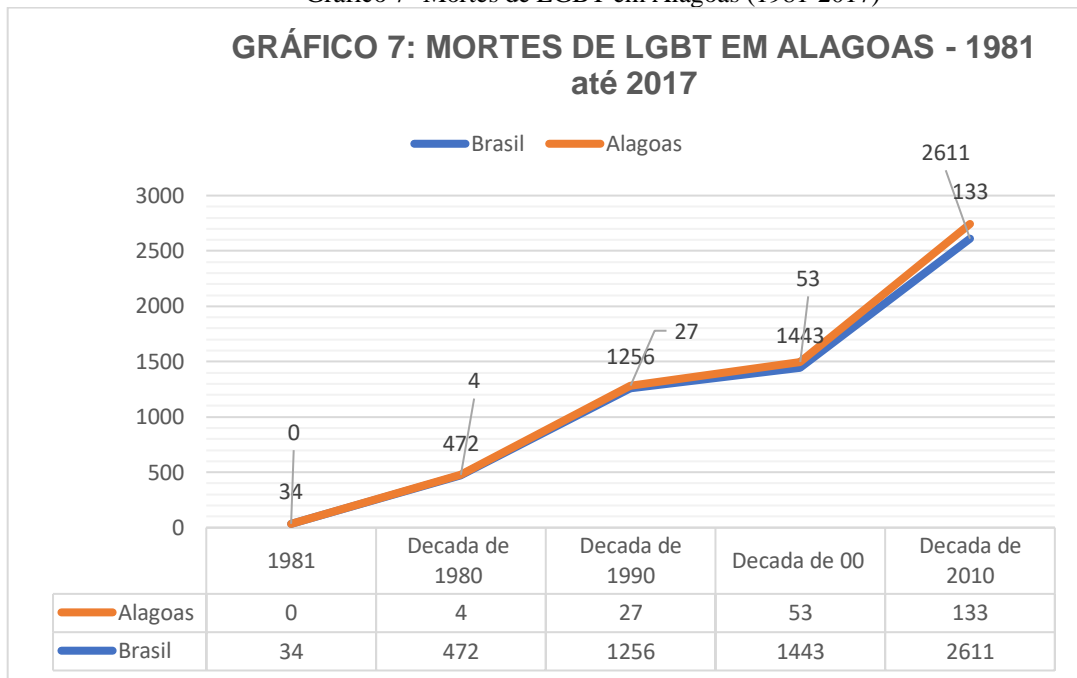
discriminatória, objetivando a consecução do bem comum.” Sendo um importante índice no estado.

A segunda lei é do Conselho Estadual de Educação de Alagoas de N° 7.528/2013 referente a criação do “conselho estadual de combate à discriminação e promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais’. O CECD/LGBT vai ser um importante marco para a promoção da equidade nas escolas alagoanas, porém as ferramentas de políticas públicas parecem ineficazes uma vez que os números de violência em Alagoas continuam em números altos.

Em Maceió um decreto de 2009 que regulamenta a lei nº 4.667, de 23 de novembro de 1997, e adota outras providências”. Existe também a lei nº 4.677, de 23 de novembro de 1997 que estabelece sanções às práticas discriminatórias à livre orientação sexual. A lei nº 5.771 determina a o dia 17 de maio como Dia Municipal de Combate a Homofobia e a Lei nº 5.752 de 20 de fevereiro de 2009, que institui o dia 29 de agosto como Dia Municipal da Visibilidade Lésbica.

Segundo dados coletados pelo GGAL (Grupo Gay de Alagoas) em uma série histórica que vai de 1997 até 2017 mostra o número de homicídios da população LGBT em território alagoano. Os números mostram um crescimento exponencial de casos, no primeiro ano de coleta dos dados foram registrados 09 casos em Alagoas no ano de 2017 já eram 23. Os dados expostos no Gráfico 6 foram adaptados da dissertação de mestrado apresentada pelo programa de pós-graduação da UFAL. A pesquisa é de autoria de Plácido Adriano de Moraes Nunes.

Gráfico 7- Mortes de LGBT em Alagoas (1981-2017)



Fonte: Adaptado da Dissertação de Mestrado: como se computa a violência homofóbica no Brasil? dados, reconhecimento e visibilidade do movimento LGBT Maceió - AL, 2018.

Segundo dados do relatório de 2018 divulgado pelo GGB, Alagoas aparece como o estado que mais mata pessoas LGBTI no país, com índice de 6,02 assassinatos e suicídios para cada milhão de habitantes. A média nacional é de 2.01. Já referente ao ano de 2019, Alagoas aparece em 4 lugar entre os estados nordestinos com 9 casos registrados, antes 20 do ano anterior.

Das 35 mortes registradas em Alagoas em 2018 segundo o relatório, 20 foram vítimas de homicídios e 15 suicídios. “Percebe-se uma variação imprevisível e inexplicável deste pico de mortalidade, já que Alagoas não constava no ano anterior na lista dos 5 estados onde mais LGBT foram mortos. Maceió, igualmente, lidera a LGBTQfobia dentre as capitais”, diz o relatório do GGB.

Em 2020 três cidades alagoanas aparecem na lista dos 20 municípios mais violentos do Brasil. Maceió, Rio Largo e São José da Laje com 3 mortes. Maceió apresentou um aumento na comparação entre 2019 e 2020, saindo de um óbito para três. Nos dados referentes a mortes por cada 1 milhão de habitantes, Alagoas aparece em primeiro lugar na região Nordeste com 15 mortes ou 4,8 mortes para 1 milhão de habitantes.

Os dados listados acima, mostram que muito ainda precisa ser feito para se combater a violência galopante contra LGBTs que historicamente assola o Estado. Mostrando que políticas

públicas efetivas são necessárias em Alagoas a fim de prevenir a violência e punir os culpados retirando a certeza da impunidade do imaginário popular.

Observa-se ainda que, diversas medidas precisam ser tomadas tendo como base ações coletivas de melhoria da educação no Estado de Alagoas para a população LGBTQIA+, tendo a escola básica como instrumento de não perpetuação desse modelo hegemônico dominante tão cruel e violento.

Para que a partir disso se construa uma escola baseada no respeito, coletividade e na cidadania servindo como instrumento de práticas não preconceituosas e formando sujeitos capazes de mudar a realidade que vivem combatendo a discriminação.

3 VIOLÊNCIA, PRECONCEITO E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS

A escola é diversa e por aglomerar em seu interior múltiplos corpos, precisa e deve respeitar cada um deles. Isso inclui o respeito ao gênero, a sexualidade e a diversidade. Esse capítulo, aponta a importância de se trabalhar a educação sexual na escola, tendo em vista que é a partir dela que a consciência crítica é formada, podendo isso ser uma forma de combate às opressões de gênero e sexualidade que LGBTQIA+, e mulheres sofrem no dia a dia.

Destaca-se que a escola ao mesmo tempo que é um importante espaço de combate é também um espaço altamente repressor para minorias (LGBTQIA+ E MULHERES), sendo necessário a transformação desse ambiente no mesmo processo de formação dos seus sujeitos ocupantes.

É importante informar ainda que, não temos aqui intenção de discutir a retirada do direito da família no processo de educação sexual, iremos sim pensar em como a escola pode contribuir para esse diálogo urgente e necessário na atualidade.

Afinal de contas a família se faz necessária no processo educacional e vai ser no ambiente familiar que o jovem vai construir os primeiros conceitos “sobre seu corpo, sua identidade, seu papel, o que é permitido ou desaconselhável na sociedade em que vive” (SOUZA, 1999, p.35).

Nesse sentido, o espaço da escola se constitui de elementos inseridos na temática envolvendo gênero e sexualidade, afinal de conta “a sexualidade se manifesta, [...] em todo e qualquer espaço em que o sujeito, meninos e meninas, homens e mulheres, está inserido” (JESUS, 2007, p.190), sendo assim, jovens e educadores carregam experiências de contextos sociais nos quais estão envolvidas, inclusive vivências sexuais.

Portanto a escola não deveria se omitir do diálogo dentro de seus muros, onde dúvidas surgem e questionamentos aparecem acerca da sexualidade que se manifesta principalmente entre seus educandos.

Entretanto tratar sobre educação sexual na sala de aula contribui também na prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)⁶, minimiza os riscos de uma gravidez na adolescência assunto que se tornou uma pauta de política pública necessária, contribui a

⁶ As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) são causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos. Elas são transmitidas, principalmente, por meio do contato sexual (oral, vaginal, anal) sem o uso de camisinha masculina ou feminina, com uma pessoa que esteja infectada.

crianças e adolescentes a identificar abusos sexuais, induz ao autocuidado e contribui na abertura de espaços para que debates sobre tabus e preconceitos em geral sejam desconstruídos, buscando ampliar seus conhecimentos sobre sua própria sexualidade, podendo assim construir uma visão mais crítica e contextualizada do assunto, levando essas visões para além dos muros da escola.

De acordo com Egypto (2015) às consequências da falta de informação sobre sexualidade para alunos nas escolas. Percebe-se que essa ausência pode alimentar preconceitos e conceitos morais equivocados, produzindo discriminação e atitudes incorretas. Dessa maneira, percebemos a necessidade de investir no planejamento de atividades dentro da escola que possam minimizar as desigualdades sexuais e de gênero, visualizando no futuro próximo contar com um ambiente social mais equânime no sentido ao respeito às diversidades sexuais. Como destaca Barreto:

Estas questões são muito influenciadas pelo modelo de homem e de mulher que as crianças têm à sua volta, na família e na escola, apresentados por pessoas adultas, e influenciaram em grande proporção na construção de referências de gênero (PEREIRA et al., 2009, p.3).

Para tratar do assunto da educação sexual na sala de aula, há uma grande necessidade que não podemos deixar de apontar, que professores passem por uma capacitação com objetivo de sanar alguns problemas herdados da educação sexual que recebeu, sanar problemas comuns como o entendimento do machismo sistêmico, sexismo, misoginia e preconceitos diversos que carregamos da nossa formação social contaminada. Essa especialização é necessária para buscar uma qualidade verdadeira da educação sexual nas escolas, agregando os dinamismos sociais, culturais e sexuais relevantes na formação de sujeitos críticos, criativos, atuantes, engajados e ousados.

Figueiró (2009) chama a atenção para o fato de que quando se propõe educar sexualmente os alunos, há que se pensarem, concomitantemente, em oportunizar aos professores o reeducar-se sexualmente, participando de estudos que auxiliem a preparar-se para atuar como educadores sexuais, tanto do ensino regular, quanto no ensino especial.

Ao partirmos para o entendimento prático da educação sexual na diminuição da violência, podemos considerar o grande número de estupros praticados contra crianças e adolescentes no Brasil.

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) no ano de 2019, 86,8 mil violações de direitos foram praticadas contra crianças e adolescentes, um aumento no comparativo a 2018 de quase 14% segundo o próprio

Ministério. Do total dos 159 mil registros feitos via disque 100 com relação a violações sexuais, 11% foram contra crianças e adolescentes, um total de 17 mil ocorrências envolvendo esse público.

Ainda de acordo com dados divulgados pelo governo federal, em 73% dos casos, o abuso sexual ocorreu na casa da própria vítima e os números ainda mostra que 40% dos suspeitos são pessoas próximas a vítima (pai, primos, irmão, padrastos, tios, vizinho). Números que apenas reforçam a urgência da implementação de ações efetivas nas escolas, uma vez que a escola pode acabar sendo o único lugar seguro que essa criança possui para contar seus horrores (FOSTER, 2001).

Como aponta os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública⁷ de 2019 elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, quatro crianças de sexo feminino de até 13 anos, portanto em idade escolar e que provavelmente frequenta o ambiente da escola são estupradas a cada hora no Brasil.

Por fim, é importante destacar os pontos positivos que a inclusão de um projeto na escola por meio da Educação sexual se faz urgente e necessário, para que possamos combater efetivamente violências múltiplas (agressão física, sexual, moral e psicológica) que permeia a sociedade e por cadeia a escola. Implementando políticas públicas voltada a conscientização dos nossos jovens, contribuindo para o transformar a escola em um ambiente que contribuí de maneira correta na construção de uma sociedade justa.

3.1 Um breve histórico da Educação sexual nas escolas brasileiras

No final dos anos de 1920 e início de 1930 o debate sobre educação sexual estava em pauta entre médicos, professores(as), e demais profissionais da área da saúde. Nesse momento histórico o termo estava ligado a abordagens higienistas e eugenistas⁸, ou seja, com cunho elitista e não inclusivo.

Nas escolas brasileiras a ideia de inserir a educação sexual em sua grade pedagógica acontece em 1922 quando Fernando de Azevedo sugere que seja implantada como disciplina regular que aborda princípios morais, eugenistas e higienistas. Nesta época, a educação nacional

⁷ O **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** compila e analisa dados de registros policiais sobre criminalidade, informações sobre o sistema prisional e gastos com **segurança pública**, entre outros recortes introduzidos a edição

⁸ Preocupava-se com as questões relativas à descendência, à “raça” e a transmissão de características indesejáveis, [...] era o saber que dava suporte ao “novo racismo” que supostamente tinha as suas bases na ciência (CÉSAR, 2009, p.50).

focalizava a educação sexual como matéria para o ensino nas escolas brasileiras (CÉSAR, 2009).

No final da década de 20, no 1º Congresso Nacional de Educadores, vai ser aprovado o primeiro programa de educação sexual que seria desenvolvido e idealizado em escolas básicas com crianças acima de 11 anos de idade.

Na década de 30, pesquisas feitas em jornais mostram à opinião pública favorável a implementação da educação sexual nas escolas, ainda que tivesse tido recusa de uma parte da população, a maioria apoiava a ação. O colégio Batista do Rio de Janeiro vai ser o primeiro a implementar em sua grade curricular o ensino de educação sexual e evolução da espécie. Guimarães (1995) vai trazer que o programa tinha como caráter inicial analisar o papel da mulher na reprodução humana, sendo incluída apenas em 1935 o papel do homem também nesse debate.

Os anos anteriores a 1960, segundo aponta Guimarães (1995) a igreja católica vai exercer um grande poder no sistema educacional brasileiro, uma vez que as principais escolas privadas eram vinculadas a instituição e isso vai desencadear uma serie de repressões no avanço da Educação Sexual.

Logo após 1964, quando a ditadura militar⁹ assola o Brasil, mudanças significativas e radicais começam a ser feitas na educação em todo território nacional. Entre as mudanças, podemos ressaltar a defesa a uma moral por meio do método repressor usado pelos militares, “dessa forma as tentativas anteriores direcionadas à educação sexual foram banidas das escolas.” (AQUINO; MARTELLI, 2012). O país então começa a passar por uma renovação dos métodos pedagógicos, apoiado em uma metodologia ideológica moralista defendida pelo golpe militar. Segundo, Guimarães:

Nos anos 1960 foram publicados os livros do padre Charboneau. Escritos numa linguagem filosófica, abordavam a sexualidade baseada na moral cristã, objetivando a consolidação de princípios morais defendidos pela Igreja e a educação para a paternidade (GUIMARÃES, 1995).

Entre os anos da década de 60 ainda, várias tentativas de implementação da educação sexual vão ocorrer, principalmente nas escolas básicas de São Paulo, com a criação de programas experimentais com intuito de debater informação e prevenção. Segunda aponta Guimarães (1995) “foram criados programas experimentais em algumas escolas públicas de

⁹ **Ditadura Militar** foi o período da história brasileira que se estendeu de 1964 a 1985. Esse regime foi instaurado no poder de nosso país por meio de um golpe organizado tanto pelos meios **militares** quanto pelos civis. Nesse período, o autoritarismo, a censura e a tortura eram praticas comum do governo.

São Paulo, e a repercussão destes originou projetos de Educação Sexual com o intuito de prevenção e informação”.

O Colégio Pedro Alcântara, no Rio de Janeiro, é um dos primeiros a incluir a educação sexual em todas as séries de sua estrutura, passando a nortear outras escolas públicas cariocas e a implementar a mesma política nos anos seguintes. Entretanto, devido à forte repressão causada pelos governos militares, alguns funcionários de instituições que aderiram a educação sexual começam a sofrer consequências, como revela Aquino e Martelli (2012) “No entanto, devido às fortes repressões, alguns colégios cariocas sofreram consequências, tais como exoneração da direção, suspensão de alguns professores e expulsão de alguns alunos.”

A repressão à implementação da educação sexual nas escolas recebeu mais uma derrota no ano de 1968, início dos anos de chumbo¹⁰ da ditadura militar. A deputada Júlia Steimbruck, do Rio de Janeiro, apresentou um projeto de lei à Câmara dos Deputados “propondo a implantação obrigatória da Educação Sexual em todas as escolas do país e em todos os níveis, contudo devido à moralização imposta pela ditadura, tal projeto recebeu inúmeras objeções” (CÉSAR, 2009).

A década de 70 deu prosseguimento a onda de retrocesso na pauta inclusiva da educação, sendo caracterizada pelo aumento na censura deferida pelos governos militares, impedindo o avanço de pautas igualitárias. Como mostra, Guimarães:

No início da década de 70 caracterizou-se por um retrocesso ao puritanismo fechado e aumento da censura. Não havia uma lei proibindo a Educação Sexual, porém, temerosos administradores escolares esvaziaram os programas em escolas públicas” (GUIMARÃES, 1995, p. 66).

No final das décadas de 1970 e início 1980, a sociedade brasileira viveu com o início da reabertura política e o restabelecimento da ordem democrática, o que implicou significativos avanços em todos os âmbitos políticos, sociais, econômicos e também no campo da sexualidade. Segundo César (2009) “o país passava por novas reivindicações políticas e sociais, algumas ligadas a luta a feminista e defendida por intelectuais, nesse contexto, são constituídas novas maneiras de compreender a educação sexual.”

Na década de 80, o surgimento do HIV/AIDS entre jovens e adolescentes instigar o debate acerca da importância sexual nas escolas nesse período, segundo Louro: De fato, a partir da segunda metade dos anos 1980, no Brasil, passou-se a discutir muito mais a sexualidade (e a homossexualidade) em várias instâncias sociais, inclusive nas

¹⁰ Os **anos de chumbo** foram o período mais repressivo da ditadura militar no **Brasil**, estendendo-se basicamente do fim de 1968, com a edição do AI-5 em 13 de dezembro daquele ano, até o final do governo Médici, em março de 1974. Alguns, reservam a expressão "**anos de chumbo**" especificamente para o governo Médici.

escolas. A preocupação em engajar-se no combate à doença (Aids) fez com que organismos oficiais, tais como o Ministério da Educação passasse a estimular projetos de educação sexual, e, em 1996, o MEC incluiu a temática, como tema transversal, nos seus Parâmetros Curriculares Nacionais (os PCNs, a nova diretriz para a educação do País). Vale notar, contudo, que as condições que possibilitaram a ampliação da discussão sobre a sexualidade também tiveram o efeito de aproximá-la das ideias de risco e de ameaça, colocando em segundo plano a associação ao prazer e à vida (LOURO 2003, p.36).

Nos anos de 1990, importantes conquistas começam a serem vistas no campo social, inclusive na educação. A criação da Lei de diretrizes e base (LDB)¹¹, sancionada em 1996, depois da criação da LDB, teremos a inclusão da Orientação sexual como um tema transversal dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais¹² (PCNs).

A implementação vai sofrer algumas críticas pois não irá se materializar de fato no processo pedagógico nas escolas brasileiras. Martelli (2009), vai indicar os motivos pelos quais não houve implementação de fato, Martelli explica.

A não-materialização da Orientação Sexual como tema transversal, passa pela formação dos professores, pelo precário sistema educacional brasileiro, mas, sobretudo, pela negação da sexualidade como algo inerente à vida humana nas diferentes faixas etárias (AQUINO; MARTELLI, 2009, p. 129).

Entretanto deve-se aqui reconhecer a importância que os PCNs tiveram no processo de melhoramento das políticas públicas voltadas a escola, corroborando assim para introduzir discussões, publicações, palestras e pesquisas relacionadas à temática da sexualidade, “fomentaram a criação de propostas próprias, diretrizes e currículos focados a formação transversal” (NUNES, 2000, p.15).

Ainda que seja recheado de lacunas discutíveis como as citadas por Martelli, é necessário compreender as proposições contidas no documento, evidenciado concepção sobre a sexualidade construída na prevenção à gravidez na adolescência e as IST. Como reflete, Santos.

que a orientação preconizada pelos PCN precisa ser interpretada como uma proposta de Educação Sexual e não como Orientação Sexual. Sendo uma educação sexual ou uma “educação para a sexualidade”, ampliamos as discussões para aspectos norteadores das relações humanas: sociais, econômicas, éticas, étnicas e históricas. Dessa forma, conseguimos nos desvencilhar de práticas minimizadoras ou superficiais, que inclusive se fazem vigentes na escola quando se pretende tratar a sexualidade de forma fragmentada em ações pontuais por meio de temas transversais (SANTOS, 1988, p.18).

¹¹ A Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada há 20 anos, em 20 de dezembro de 1996, teve importância crucial nas transformações ocorridas desde então.

¹² Os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais são diretrizes elaboradas para orientar os educadores por meio da normatização de alguns aspectos fundamentais concernentes a cada disciplina. Os PCNs servem como norteadores para professores, coordenadores e diretores, que podem adaptá-los às peculiaridades locais.

Entretanto o ano de 2017, torna o caminho para uma maior abertura no debate sobre gênero e educação sexual bem mais complicado dentro escola. A aprovação da (BNCC)¹³, documento que passa a ser obrigatório em todas as redes de ensino básico do país, públicas e privadas, ao contrário dos documentos anteriores, os PCNs, marcam um retrocesso na luta por uma escola múltipla (NUNES, 1987).

É importante ressaltar que a BNCC tem seus pontos positivos e negativos. Porém, no que diz respeito à discussão sobre educação sexual e gênero existem apenas pontos negativos. Pontos importantes que precisam ser apontados referente a BNCC e a sua abordagem na temática de gênero e sexualidade são o silenciamento das questões de gênero e como a sexualidade é tratada apenas na dimensão biológica.

Ao tratar da temática da sexualidade em sua dimensão biológica apenas, a BNCC reduz a discussão ampla que permeia a temática em algo restrito a uma área do conhecimento, negando todo o leque de possibilidades e abordagem. O assunto se apresenta na seção destinada às ciências da natureza, especificamente ao componente curricular ciências, e são excluídos das demais disciplinas que atravessam e discutem essa temática. O documento ainda associa a temática da sexualidade a conceitos vinculados à saúde e a qualidade de vida, como mostra trecho da própria BNCC.

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira. Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança do seu próprio corpo. É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva. (BRASIL, 2017, p. 325)

Cabe salientar que a abordagem da sexualidade é restrita apenas a uma série do ensino fundamental do oitavo ano (8º ano), figurando ao lado de conteúdos relativos à gravidez e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).

¹³ A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina as competências (gerais e específicas), as habilidades e as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante cada etapa da educação básica – Educação infantil, Ensino fundamental e médio.

A maneira que é apresentada pela BNCC somente em uma perspectiva biológica, na qual são endereçados conteúdos vinculado a anatomia e a fisiologia da reprodução humana, apresentando o corpo ao lado de conteúdos referentes às IST, tratado no documento pelas siglas Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)¹⁴ que não são mais utilizadas pois é terminologicamente ultrapassado. Mostra que o “trabalho com tal temática em sala de aula poderá “reforçar o trinômio corpo-saúde-doença que, dentre outros aspectos traz em si pressupostos médicos-higienista “(SILVA *et al.*, 2019, p. 10).

É importante destacar ainda, que a BNCC traduz o momento vivenciado pela sociedade brasileira a partir do golpe sofrido pela presidente Dilma Rousseff, em 2016. E sua aprovação e implementação reflete o prenúncio do Bolsonaro, fazendo parte de uma perspectiva de totalidade e assombro que pairou sobre o Brasil.

Dentro dessa perspectiva a sexualidade assume um papel controlador nas condutas sexuais com intuito de minimizar problemas de saúde pública, sejam aquelas vinculados a gravidez na adolescência ou ligadas ao contágio e transmissão de IST.

Silva, Brancaloni *et al.*, (2019) ainda vai atentar para a omissão da BNCC na forma que norteia o professor a planejar sua atuação de modo a contemplar as múltiplas dimensões da sexualidade, dado que o documento enfatiza apenas aspectos biológicos em detrimento de outras dimensões que atravessam a sexualidade humana.

Vieira e Matsukura (2017) nos indica que além de deficiências formativas, os professores também encerram dificuldades e deficiência com trabalhos que envolvam a sexualidade devido a crença e valores pessoais que possuem, fatos que nos apontam as dimensões socioculturais, afetiva e ética da sexualidade apresentada na BNCC.

No que se refere à temática das questões de gênero, a BNCC opta por um silenciamento em sua estrutura textual, devido a não menção explícita ou implícita do termo “gênero” ao longo de suas páginas. Esse fato chamou bastante atenção da sociedade civil e dos movimentos sociais. É importante salientar que estudiosos e o movimento LGBTQ já criticavam a forma que o documento anterior os PCs abordavam as questões de gênero por estabelecer também a discussão do viés biológico. Abreu *et al.*, (2015) problematiza como o documento tomava gênero e sexo como sinônimos e suas vertentes para atuação docente, o que implica na ratificação e naturalização do binarismo de gênero e da hetenormatividade.

¹⁴ A terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) passa a ser adotada em substituição a expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas, ou sem desenvolver doenças.

Ao ser construída dessa maneira a BNCC piora o que já não estava bom, silenciando quaisquer discussões sobre gênero o documento corrobora para manutenção da misoginia, machismo e LGBTfobia no espaço escolar. Uma vez mostrando todo o histórico envolvendo a educação sexual nas escolas brasileiras, é importante salientar o período obscurantista que nossa sociedade passa e como isso está intimamente ligado aos retrocessos atuais (ABREU; SANTOS, 2015).

O ano de 2014 será marcado pela notoriedade da discussão de gênero em nível nacional, e a partir disso gerando grande debate e polêmica devido a disputa narrativa aflorada no país já naquele momento. Vieira (2016) destaca a luta ideológica de grupos religiosos dentro do congresso nacional, segundo ela “a bancada evangélica vem lutando contra e vetando projetos que propõe a inclusão de temáticas que tratam a equidade, identidade de gênero, orientação sexual e sexualidade na educação básica”.

Novamente a religião mostra sua força dentro das raízes do Estado, pouco tempo depois esse extremismo religioso iria ser usado para eleger o presidente da república com lema "Deus acima de todos", dificultando ainda mais a luta por reconhecimento de espaços legítimos a todos os grupos marginalizados.

O advento das *Fake News* ajudou a potencializar o poder de grupos religiosos nas tomadas de poderes e no termômetro da opinião pública. Elas foram usadas para espalhar desinformação e inverdades a um debate sério e necessário, desgastando temáticas complexas ao simplismo. Um exemplo disso foi o debate sobre ideologia de gênero que são usados por grupos de extrema direita e extremistas religiosos, a disseminação de notícias falsas em aplicativos de mensagens eletrônicas como *WhatsApp*, espalharam que ideologia de gênero é uma ideia que deturpa os conceitos de homem e mulher, destruído o modelo familiar tradicional.

Após tal onda conservadora invadir o imaginário dos brasileiros, resta a nós o desafio desconstruir essas ideias impostas de formas criminosas, pois são falsas e antidemocráticas, violam a laicidade do Estado e atribuir as questões de gênero e sexualidade fundamentos científicos e verdadeiro, para que se construa estratégias que permita a convivência social harmônica e que o espaço público nesse caso a escola seja preenchida por diversos sujeitos de forma justa uniforme.

Os rumos adotados infelizmente propagam o ódio e a eliminação de um grupo específico, com uma retórica mentirosa da destruição da moralidade e da família dita tradicional. É importante destacar que a ideia nunca foi essa, nem a destruição de instituições religiosas e da família, o que é pautado quando se fala sobre a busca de espaços igualitários dentro da temática de gênero e sexualidade são também famílias e instituições que não

promovam violência, discursos de ódio e marginalização aos sujeitos, que somem juntos a luta por uma sociedade justa para todos e todas onde a orientação sexual ou de gênero não seja um motivo excludente (WEEKS, 2016).

Assim, ao realizar essa discussão histórica da educação sexual no Brasil, entendemos que ela está recheada de momentos de vitórias e retrocessos. Como ressalta Guimarães (1995, p. 68) que “a história da Educação Sexual no Brasil apresenta-se em “movimentos isolados e esparsos, que ocorrem de um modo esporádico”. o entendimento sobre sexualidade é histórico, e mudam influenciada pelo tempo, espaço e convívio social da época.

Entendendo a sexualidade é constituída de múltiplos significados, que depende do momento vivido e sempre pautado por envolvimento de mitos, crenças, tabus, preconceitos, comportamento e religião. Nas nossas relações construímos e destruimos a nossa sexualidade, tornando-as maleáveis durante o processo de construção social que vivemos, ou seja, nossa sexualidade não é cristalizada e imutável.

3.2 A história das políticas públicas voltadas para a educação sexual e seu papel ideológico

Os anos 2000 foram fundamentais na construção de políticas públicas voltadas à educação no Brasil. A promoção e o financiamento de ações efetivas na educação sexual e de gênero recebe grande destaque. No ano de 2003, ano do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (PT), foram criadas as secretarias de Política Pública da Mulher (SPM) e Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) ligadas ao gabinete presidencial com status de ministério.

Essas secretarias tinham como objetivo promover e desenvolver programas e ações com intuito de possibilitar a igualdade de gênero e racial em todas as políticas públicas no país. A educação é colocada como área estratégica nesse processo.

No ano de 2004, através da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), no âmbito do programa de Direitos Humanos, direitos de todos nasce o “Escola sem Homofobia”, com intuito de “promover a cidadania GLBT, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, 2004, p. 11). O programa possui 11 eixos, com 53 ações previstas. Como mostra o documento citado abaixo.

a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam

na defesa de direitos humanos; c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual; e d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLBT (BRASIL, 2004, p. 11).

Entretanto, impedimentos históricos, foram criados pelas instituições religiosas sempre estavam nas redondezas, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Frente Parlamentar Evangélica. Essas instituições religiosas pressionaram e se articularam nas votações do Plano Nacional de Educação, assim como nos Planos Estaduais e Municipais de Educação em torno da eliminação de qualquer estratégia voltada ao que eles chamam de “ideologia de gênero”, foi através dessa conjuntura que teremos o surgimento do movimento “Escola sem Partido”, que tem como objetivo “combater” uma provável “doutrinação ideológica”, defendendo pautas conservadoras para a educação nacional (CAMARGO;; RIBEIRO, 1999).

A ascensão do conservadorismo religioso no Brasil, traz precedentes perigosos às pautas progressistas apresentadas. Pacheco (2009) irá definir o conservadorismo como uma postura daqueles “que busca a manutenção e a continuidade da ordem estabelecida” abdicando completamente do exercício do senso crítico e abafando a possibilidade de inovação ou transformação. Nesse sentido, Pacheco afirma:

recusa à possibilidade de ocorrer mudança, inovação ou transformação” e por isso, esse pensamento se entrega à desconfiança permanente diante de tudo o que muda ou estabeleça conflito com as convicções assumidas (PACHECO, 2009, p. 65).

Sendo assim, contribuindo de maneira negativa no desenvolvimento de uma pauta democrática ampla e atual. O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2023¹⁵ foi um processo importante para a implementação das pautas conservadoras na Educação Brasileira, principalmente no Congresso Nacional, sendo a bancada fundamentalista cristã, a protagonista. Embora as atuações desse grupo não ficassem restrito ao Congresso, foram observadas ações muito bem articuladas e planejadas em todos os estados e municípios brasileiros, em uma ação sistematizada e muito bem organizada, a exclusão total de qualquer tentativa de avanços nas pautas que envolvessem sexualidade e gênero. Segundo, Roseno e Silva:

O caminho para a formulação do PNE é dividido em etapas, com conferências municipais, estaduais e nacionais, além da ampla participação de diversos segmentos da comunidade educacional e dos movimentos sociais. É uma trajetória que perpassa a construção democrática da educação brasileira e que resulta em relatórios finais, com eixos, estratégias, metas, etc. Esse processo é importante para a aglutinação de

¹⁵ Lei nº 13.005, aprovada no Congresso Nacional em 25 junho de 2014.

ideias emergentes e para a formulação das diretrizes educacionais. (ROSENO; SILVA, 2017)

Entretanto, entre 2009 e 2014, o conservadorismo religioso ganhou dimensões espantosas no Brasil, pregando a preservação das pautas e valores cristãos, excluindo veementemente da agenda nacional temas pertinentes e atuais, como a Educação sexual.

Os temas como, homofobia, identidade de gênero, machismo e outros aparecem no documento final criado na Conferência Nacional de Educação (CONAE) do ano de 2014 “homofobia, identidade de gênero, lesbofobia, machismo, movimento feminista, orientação sexual, segregação, sexismo, transfobia, entre outros” (KOS *et al.*, 2015, p. 149), porém os termos foram suprimidos no texto final da lei que institui o PNE.

O Senado alterou esse dispositivo, retirando a ênfase na promoção da ‘igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual’, expressão substituída por ‘cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação’ (BUTLER, 2015, p. 21).

A pressão das igrejas católicas e evangélicas, foram de extrema importância na mobilização de suas bases (bispos, padres, pastores e adeptos) para participarem ativamente nas votações principalmente nos estados e municípios. Segundo aponta nota emitida pela CNBB, destinada a base católica referente a votação dos Planos Nacionais de Educação:

A ideologia de gênero vai no caminho oposto e desconstrói o conceito de família, que tem seu fundamento na união estável entre homem e mulher. A introdução dessa ideologia na prática pedagógica das escolas trará consequências desastrosas para a vida das crianças e das famílias (BRASIL, 2015).

Dessa forma, a interferência da igreja de forma massiva na evolução da educação brasileira no que se pauta a educação sexual, usando sua estrutura articulada no território para mobilizar fanáticos em todos os lugares brasileiros a se rebelar contra o tema.

O movimento dentro da própria igreja começou a ganhar força e extrapolou os limites ao ser vistos fiéis da religião tumultuando votações sobre a pauta em diversos lugares do Brasil, pregando a perpetuação dos valores cristãos acima de políticas públicas que protejam direitos de crianças e adolescentes. Nesse contexto, Miguel reflete:

Assim, a construção da doutrina católica contrária ao gênero começou no pontificado do papa Wojtyła (João Paulo II), sob o comando do prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cardeal Ratzinger, que em 2005 sucederia a Wojtyła no papado, adotando o nome de Bento XVI. A partir dos anos 2000, delineia-se com clareza o adversário a ser combatido: aquilo que no Brasil recebeu o nome de ‘ideologia de

gênero’, mas que na França e na Itália costuma ser chamada de ‘teoria do gender’ (‘théorie du gender’, ‘teoria del gender’), com o uso do inglês como forma de marcar sua origem alienígena. Embora se apoiando superficialmente na literatura feminista e queer, ‘trata-se de uma invenção polêmica dos meios conservadores católicos que visa caricaturizar e, assim, deslegitimar um campo de estudos’ (GARBAGNOLI, 2014, apud, MIGUEL, 2016, p.598).

A principal publicação utilizada no Brasil sobre a mentirosa “ideologia de gênero” é o livro do argentino Jorge Scala, advogado e militante do movimento pró vida. O livro *Ideologia de Gênero – o neotalismo e a morte da família*, foi publicado no país segundo aponta Roseno e Silva (2017)” em 2011 e traduzido e distribuído no Brasil através da editora católica, Katechesis. As autoras ainda trazem a explicação do autor do livro ao site católico Zenit (2012) sobre os fundamentos presentes na publicação, segundo elas:

o sexo seria o aspecto biológico do ser humano, e o gênero seria a construção social ou cultural do sexo. Ou seja, que cada um seria absolutamente livre, sem condicionamento algum, nem sequer o biológico, para determinar seu próprio gênero, dando-lhe o conteúdo que quiser e mudando de gênero quantas vezes quiser. Agora, se isso fosse verdade, não haveria diferenças entre homem e mulher – exceto as biológicas -; qualquer tipo de união entre os sexos seria social e moralmente bom, e todas seriam matrimônio; cada tipo de matrimônio levaria a um novo tipo de família; o aborto seria um direito humano inalienável da mulher, já que somente ela é que fica grávida; etc. Tudo isso é tão absurdo, que só pode ser imposto com uma espécie de ‘lavagem cerebral’ global (ROSENO; SILVA, 2017, *apud* ZENIT, 2012)

As argumentações do autor, deixa claro que ele não acredita na categoria gênero, apoiando-se apenas em dogmas católicos cristão, como se a única forma de expressar a sexualidade fosse a heteronormativa.

Assim, por meio dos meios tradicionais de comunicação (TVs e rádios católicos) e do próprio aparato institucional que a igreja detém, os discursos produzidos e compartilhados por lideranças religiosas por meios dessas plataformas, iniciaram corrida contra todos que lutam pelo ingresso de pautas progressistas nas políticas educacionais brasileiras. Como enfatiza Roseno e Silva (2017):

Identificamos que essas ações têm dois objetivos explícitos: primeiramente, combater as mudanças culturais que ao longo das últimas décadas vêm sendo percebidas, como a conquista mínima de direitos fundamentais da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros e Travestis (LGBT’s), e a crescente formulação de políticas públicas transversais em gênero e sexualidade através dos organismos internacionais; o segundo objetivo é a perda de fiéis para as igrejas evangélicas, e dessa forma, o discurso da Igreja Católica assemelha-se com o conservadorismo expresso pelos evangélicos, a fim de manter os seus adeptos mais conservadores (ROSENO; SILVA, 2017, p.20).

O movimento evangélico ganhou nos últimos anos adeptos fervorosos e tem crescido de forma significativa nas últimas duas décadas do século atual, demarcando bem seu território principalmente nas periferias das grandes cidades brasileiras, impondo suas ideias ultraconservadoras e ganhando espaço político forte no congresso nacional na construção da conhecida bancada evangélica.

Silva (2015), detalha as concepções que dá base ao pilar evangélico de fazer política “a plataforma política dos evangélicos pentecostais e neopentecostais é composta de três pilares”. O primeiro é ação messiânica desse grupo, ancorada na ideia que estes representam a moralidade diante de um sistema político antiético e corrupto. Ou seja, vendem a moralidade como nova fórmula mágica para a salvação da política usando desses aspectos para conservar seus valores arcaicos. O segundo se sustenta na defesa da família[...] e justamente se apresenta como reserva moral dos valores tradicionais, sobretudo por meio da resistência à reconfiguração das noções de família e casamento” (SILVA, 2015, p. 110).

E o último é o pilar que possibilita a prosperidade e o bem-estar social, sendo ancorado na teologia da prosperidade.¹⁶ A atuação evangélica no parlamento brasileiro, o movimento tomou espaços estratégicos nas comissões legislativas, como a comissão de Direitos Humanos que já foi presidida pelo pastor Marcos Feliciano, líder da Igreja Batista, ele presidiu a comissão em 2013, mesmo após a divulgação de seus discursos, no qual se referia a AIDS¹⁷ como o câncer gay¹⁸.

É nessa linha, que o projeto denominado “escola sem partido”, citado acima, surge e reúne elementos necessários para o fortalecimento desse grupo político que usa o projeto para ganhar mais visibilidade nacional e conseqüentemente mais força dentro do congresso. Militantes ligados ao movimento, segundo aponta estudo de Ratier (2016), estavam à frente de 19 projetos de lei baseados na “escola sem partido” espalhado nas esferas municipais e estaduais, sendo o Partido Social Cristão o que mais ativo nessa pauta.

O alinhamento do movimento escola sem partido com o fundamentalismo religioso possui incrementos ultraliberais advindas, segundo Roseno e Silva (2017) da “escola econômica austríaca”. Através de grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL) que elegem o “Escola sem Partido” como prioridade nas suas lutas políticas.

¹⁶ Segundo (SIEPIERSKI, 1997 apud SILVA, 2015) esta doutrina advoga e estimula que os cristãos devem buscar alcançar êxito financeiro em suas atividades, baseado na premissa de que a espiritualidade não é somente um bem interior, mas ela se reflete nas condições de vida de quem crê em Deus (p. 108).

¹⁷ Síndrome de Imunodeficiência Adquiriria

¹⁸ Aids é “câncer gay”, afirma deputado pastor Marco Feliciano. <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/09/aids-cancer-gay-deputado-pastor-feliciano.html>> Disponível em: Acesso em 16 de novembro 2020.

Pode-se destacar duas questões centrais que movem o Movimento Escola sem Partido, sempre associou a “ideologia de gênero” como um vilão perigoso ao país, então o movimento ganha força no combate aos inimigos centrais dos conservadores religiosos que será a esquerda e comunista. É possível a partir disso diagnosticar que tanto a Igreja Católica, quanto as inúmeras igrejas evangélicas espalhadas pelo território nacional, tem conseguido nos últimos anos expressivas vitórias pautadas no conservadorismo em cenário nacional especificamente na área educacional.

No processo de consolidação das pautas conservadoras em entrevistas e documentos associados aos “Escola sem Partido” é recorrente o uso de seus adeptos a Convenção Americana dos Direitos Humanos para legitimar o argumento que nas palavras deles “professor não tem liberdade de fazer a cabeça dos alunos” e que “os pais têm direitos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que seja de acordo com suas próprias convicções” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017).

Ximenes (2016) aponta a inconstitucionalidade dos argumentos jurídicos utilizados na formulação do movimento. Segundo ele, existe uma diferença entre educação formal, não-formal e informal, e que o “Escola sem Partido” ignora essa diferença ao entender que a educação formal é fortemente regulada pelo Estado, pode ser interpelada pelos interesses de cada família. Sendo assim, Ximenes afirma:

O direito de escolha dos pais, não pode ser interpretado como um direito absoluto que se sobreponha aos objetivos educacionais públicos definidos nas normas educacionais, nos projetos pedagógicos e na abordagem didática dos docentes. Dizer isso, por outro lado, não esvazia o direito dos pais, já que esses continuarão atuando nas demais dimensões da educação sobre as quais é praticamente nula a intervenção direta dos agentes estatais (XIMENES, 2016, p. 56).

Entretanto, o “Escola sem Partido” sugere com três proposições para a resolução dessa escancarada “doutrinação”. A primeira delas é a denúncia e a divulgação de atos vistos como doutrinadores por parte de professores. A outra ação é o envio de notificações extrajudiciais com o objetivo de ameaçar escolas com “condutas transgressoras”, possuindo um modelo distinto para ser utilizado pelas famílias e estudantes. E a última, é o estímulo de leis que visam alterar a Constituição e outros dispositivos legais que são direcionados à educação, a fim de instituir o Programa “Escola sem Partido” de fato (SILVA; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2019).

Atualmente o programa foi considerado inconstitucional pelo STF, no estado de Alagoas, a Lei no estado foi suspensa no ano de 2017 por meio de uma liminar do ministro Luís

Roberto Barroso, relator do processo. Embora não atinja todo território nacional a inconstitucionalidade em Alagoas indica um entendimento do Tribunal sobre esse tipo de legislação.

No ambiente do legislativo, existe uma lei em curso na Câmara dos Deputados que tenta implantar o “Escola sem Partido”. A proposta tem apoio do atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, um de seus divulgadores, mesmo antes de ocupar a cadeira da presidência. Mostrando ainda a forte influência de grupos religiosos nos espaços de tomada de decisões no país, e confirmando o período obscurantista vivido pela educação brasileira.

4 A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA NO DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL

Xingamentos, agressões, assédio sexual e moral são as mais comuns formas de violências sofridas por LGBTQIA+ no ambiente escolar. As informações foram reveladas pela Pesquisa Nacional sobre Ambiente Educacional no Brasil (PNAE), realizada em 2015 com 1.016 estudantes.

Segundo o levantamento, 73% dos entrevistados já foram agredidos/as verbalmente por causa de sua orientação sexual, 60% se sentiam inseguros/as na escola por causa de sua orientação sexual e 36% relatam já terem sofrido agressões físicas em razão de LGBTfobia. E como efeito cascata essas situações cotidianas nas vidas de jovens LGBTQIA+ a abandonar a vida escolar.

A pesquisa ainda aponta no campo do sexismo, jovens que se relacionam com pessoas do mesmo sexo ou que estão fora dos padrões de gênero podem ser tornar alvos de investidas sexuais, para 55% dos ouvidos na PNAE já passaram por isso. A fetichização de corpos lésbicos, depravação atribuída ao corpo gay e a hiper sexualização de pessoas transexuais criam uma falsa legitimação para que os agressores direcionam palavras obscenas, toques sem consentimentos e, até mesmo, abusos sexuais.

Xingamentos como, “viadinho”, “mariquinha”, “maria sapatao” são comumente ouvidos por LGBTQIA+ nos dentro da escola e pelas mais diversas pessoas, e essas expressões pejorativas adotadas com o intuito de constranger pessoas que não se encaixam nos papéis de feminilidade e masculinidade esperados, esse processo de rejeição está enraizadas nas questões de gênero, uma vez que estamos inseridos em uma conceito de educação altamente sexista, e quando se quer ofender um homem, usa-se termos que afirmam que ele é tão fraco quanto uma mulher. Em casos mais graves, essas violências são reveladas por meio de brigas com agressões corporais, ameaças e ataques à integridade física dos alunos.

Os dados e relatos acima expostos, demonstram como a violência contra jovens e adolescentes pertencentes a população LGBTQIA+ está presente na escola, e de como essas vítimas possuem desde de muito cedo o desafio de viver em ambientes que as segregam e violentam.

Portanto, a escola que se caracteriza por ser um dos principais espaços de caráter formador para a socialização de crianças, jovens e adolescentes e para a cidadania possui papel fundamental nesse processo. Porém, nem sempre ela se mostra capaz de lidar com as diferenças,

não sendo capaz na maioria das vezes oferecer espaços acolhedores principalmente quando o tema em questão está ligado à sexualidade e orientação sexual.

As dificuldades de trabalhar essas questões impactam diretamente no aprendizado e bem-estar dos estudantes LGBTQIA+, uma vez que são esses os mais afetados nessa perspectiva e também impede que a escola realize uma de suas mais importantes missões nos dias atuais que é o fortalecimento na sociedade de uma cultura voltada ao respeito mútuo entre os diferentes sujeitos.

Pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas, da USP, mostrava que as vítimas de bullying e discriminação no ambiente escolar eram em sua maioria absoluta lgbtqia+, negros e pobres.

QUADRO 5: Bullying e Discriminação no Ambiente Escolar – FIPE/MEC- 2009

LGBTQIA+	40%
NEGROS	29%
POBRES	21%
Deficientes Intelectuais	17%
Moradores de Periferia ou Favela	16%
Mais Velhos	15%
Deficientes Físicos	13%
Mulheres	11%

Fonte: Adaptado do Projeto de Estudo sobre Discriminação no Âmbito Escolar, 2009, Fipe/Mec.

O estudo acima, ainda identificou que, nas escolas com maior grau de atitudes preconceituosas, o desempenho médio dos alunos era baixo e não se restringia apenas aquele que eram alvos dessas práticas. A prática da discriminação possui percurso cascata, se há alunos LGBTQIA+ sofrendo preconceito no espaço escolar, maior é a possibilidade de no mesmo ambiente haver preconceitos com os demais grupos marginalizados.

É nessa perspectiva que a participação entre Geografia e educação sexual se torna possível através de uma abordagem multidisciplinar, onde envolve profissionais da área de educação sexual e da saúde com o entendimento principal que é educar para a prevenção de violências e conseqüentemente para a saúde.

É importante destacar que ainda que a educação sexual no ambiente escolar esteja associada diretamente a redução do comportamento sexual de risco e de doenças ocasionadas, a implementação de educação sexual na escola é considerada como uma fonte de empoderamento para os indivíduos jovens (OLIVEIRA *et al*, 2013).

Nesse sentido, o processo de preparação e formação de professores que consiga abordar a educação sexual acabou sendo negligenciado. E para entender a situação uma série de

questões são suficientes uma vez que este é o problema que interfere na não presença de temas relacionados à educação sexual e de gênero na escola.

Primeiro, não houve mudanças significativas nos currículos dos cursos de graduação, a fim de garantir que os novos professores sejam preparados para incluir a educação sexual em seu planejamento de aula; segundo que trata-se de um tema complexo que abrange uma vasta gama de questões, na medida em que, inclui a autoestima, o respeito à diferenças, questões relativas às mudanças da puberdade, bem como a tomada de uma decisão responsável sobre a iniciação sexual (ANDRADE *et al.*, 2009; SILVA *et al.*, 2019).

Além disso, pode-se destacar ainda que os temas abordados nas escolas em sua grande maioria possuem caráter biomédico caracterizado principalmente nos conteúdos sobre órgão reprodutivos, fertilidade, gravidez e contemplando pouco a luta contra discriminação de LGBTQIA+ por não aglutinar toda a realidade escolar, uma vez que, o assunto é tratado como tabu, sem apresentar para os estudantes as formas de manifestação das violências veladas e normalizadas praticas no espaço escolar, deixando escapar assim a oportunidade de se pontuar a importância do auto cuidado com seu próprio corpo e o não fortalecimento da cultura do respeito e valorização a diversidade (LOURO, 1999).

Na Geografia os atos podem ser bem eficaz, uma vez que, é nesse campo do saber que se utiliza de conceitos e categorias para estruturar saberes sobre a natureza, sociedade, tempo espaço, paisagem, território, região, lugar, ambiente, rede e escala, que funcionam como referência analíticas para o estabelecimento do que é próximo e distante, central e periférico, disperso e concentrado, etc, e para que cada indivíduo elabore uma leitura particular e própria do mundo em uma totalidade (SANTOS, 1988).

A inserção da geografia na temática sobre educação sexual e de gênero possibilita o acréscimo de conteúdos apontam para vivência importante e eficiente que fundamentam discussões e aplicações referentes e comprometidas com a saúde física, mental e psicológica de crianças, jovens e adolescentes em atividades sexuais precoces, manifestação da livre sexualidade, respeito à diversidade, e luta para findar violências naturalizadas.

Segundo Saraiva (2019), de forma geral, pode-se dizer que a geografia pode ativar esses conteúdos por problematizações de conceitos e por articulações de escalas geográficas que podem ser iniciadas do mundo para o corpo, e do corpo para o mundo.

A matriz curricular de Geografia nos anos do fundamental dois (quinto ao nono ano), tem como objeto de conhecimento as noções de tempo e espaço. Ao expressar isso, trazemos para o debate o conceito de espaço geográfico de Milton Santos, onde ele diz que o espaço geográfico, é “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”

(SANTOS, 1998), objetos esses que se formam com a participação de crianças e adolescentes e de suas ações.

Saraiva (2019), defende que por meio da curricularidade da educação geográfica sexual é, em parte, dimensionar os sujeitos (crianças, jovens e adolescentes) em seus significados para suas relações e vivências, que se dão em diferentes espaço-temporalidade. Ou seja, essa prática busca ampliar o entendimento do mundo de cada sujeito inserido na escola, e especialmente iniciar o desenvolvimento da reflexão crítica sobre os grupos sociais e suas relações afetivas, sociais e econômicas em sociedade. Fomentando desta maneira de forma direta, o olhar naturalizado pela diversidade, pautando essa temática em forma de uma cultura de acolhimento e respeito com o diferente.

4.1 A educação sexual na prática geográfica na sala de aula

Aqui busca-se tentar explicitar na prática como a geografia pode na sala de aula dentro dos assuntos programáticos já instituídos ser abordados a temática da educação sexual e de gênero de forma a inserir o assunto no cotidiano dos educandos.

É importante destacar que atividades multidisciplinares são ações que podem e devem oferecer bastante efeitos na tentativa de incluir a educação sexual e de gênero no cotidiano da escola. A realização de oficinas sobre temáticas que abordam desde a prevenção a gravidez na adolescência, combate a lgbtfobia e até o autocuidado e a identificação de situações de abusos sexuais, podem ser bastante eficazes.

Dados oficiais disponibilizados pelo Unicef no documento Trajetórias Plurais: práticas que contribuem para redução da gravidez não intencional na adolescência do ano de 2018, mostram que os programas de educação sexual desenvolvidos na escola com a comunidade escolar (alunos, pais e responsáveis) retratam como essas ações podem efetivamente retardar o início da vida sexual e combater de forma lúcida as violências causadas por Lgbtfobia.

Esse engajamento mediado pela escola, possibilita uma maior conscientização de pais, responsáveis, professores e dos próprios alunos frente ao controle, autocuidado e prevenção de infecções e violências verbais, físicas e sexuais.

Como apresenta Saraiva (2019) nesse sentido, somente mudanças nas relações sociais que estes agentes têm com seus corpos e com a instituição, incluído as trocas de experiências, o cotidiano, formam, todos eles, um conjunto de fatores que garantem e buscam integrar a vida escolar à vida social”. Criando dessa maneira, possibilidades e estratégias contempladas nas

oficinas de dimensionamento dos conteúdos geográficos como agente de suporte para educação sexual.

É possível possibilitar esse entendimento apresentado em momentos de construção de representações topográficas e no uso da linguagem cartográfica. Nesse sentido, o professor de geografia pode orientar a leitura das crianças para compressão de produção do espaço e da organização dos lugares.

De forma geral, o interesse central neste debate é oferecer o entendimento a todos os alunos que eles estão inseridos no mundo, e a compressão desta realidade passa pelas dimensões espaciais da vida dos seres humanos, presentes também nas relações afetivas que inclui o autocuidado ao corpo e o cuidado com coisas naturais, enfatizando o apreço pela autoestima e o respeito pelas diferenças.

Essa capacidade de conscientização aumenta a percepção e contextualização dos lugares em uma totalidade mundo, já que este não se restringe aos limites somente do corpo e fronteiras imaginárias, mas também do próprio metabolismo fisiológico, frente à entrada de organismos exógenos (SARAIVA, 2019). Essa proposta de intervenção, tem como objetivo trazer para o debate em sala de aula o entendimento que cada corpo é singular, e também global.

Assim, se redefine o que é estudado no cotidiano dentro escola, relacionado ao conhecimento de tempo e espaço de conteúdos geográficos como: Formação Histórico-geográfico do Brasil; coordenadas geográficas; cartografia queer; dinâmicas populacionais (distribuição da população, densidade demográfica, IDH, migração); segregação espacial e dentro desses conteúdos incluímos a análise de espaços marginais para determinados gêneros, dados sobre violência, promoção de autocuidado com corpo e maneiras de identificar violências físicas, verbais e sexuais no cotidiano desses estudantes.

Para se trabalhar essa temática o professor de geografia pode questionar os alunos sobre suas percepções e o lugar onde vivem. Como os espaços onde vivem ou transitam livremente os sujeitos dos diferentes gêneros foram se configurando ao longo do tempo? Como os diferentes gêneros são dispostos no espaço escolar? Nas práticas esportivas, nas brincadeiras no intervalo, há divisão de espaços por gênero? Como esses espaços foram configurados? Quem decidiu o lugar dos meninos e meninas? E saindo das escolas existem esses espaços de homens e mulheres? Dos LGBTQIA+? Há espaços e horários restritos para que as mulheres possam transitar livremente e em segurança? Esses são alguns questionamentos sobre como trabalhar a composição do espaço geográfico, em relação às questões de gênero e sexualidade que podem ser utilizadas nas aulas e a partir disso, construir novos entendimentos sobre a forma de se viver em sociedade.

Ainda pode se explorar a cartografia em suas mais diversas possibilidades, aqui podemos destacar o uso da cartografia queer nesse processo, trazendo a sala de aula, mapas de violências com dados oficiais contrastando com produções de mapas mentais desenvolvidas por pessoas LGBTQIA+ vítimas de violência e destacando seus pontos de percepção da distribuição de violência no espaço (cidade/bairro) e de como os mapas se diferenciam.

Para a partir dessa dualidade questionar como a violência contra pessoas LGBTQIA+ está espalhada por todos os espaços (bairro, escola, restaurantes, hospitais, boates, hotéis, praças e etc) de maneira diferentes, levando aos estudantes a perceber como a realidade dessa parcela da população é cruel e violenta, abrindo possibilidades para através de uma cultura de empatia e respeito transformar espaços por meio de ações do cotidiano que ultrapassem os muros da escola.

A literatura ressalta ainda a importância do trabalho multidisciplinar no ambiente escolar, como uma potente ferramenta estratégica para discutir questões de sexualidade com adolescentes, pois essa dinâmica proporciona a escola um ambiente acolhedor e de reflexão que a maioria dos adolescentes ainda frequentam e em alguns casos esse é o único ambiente que lhe é proporcionado esse debate.

Desta forma, promover educação sexual por meios de ações conjuntas no ambiente escolar por meio de planejamento escolar se faz necessário, porém não é a única forma se fazendo necessário a criação de políticas públicas de combate e prevenção de violência LGBTQIofica e programas de formação continuada para profissionais da educação saberem lidar com as mais diversas situações. A intenção aqui, entretanto, foi mostrar que é possível na prática do dia a dia da sala de aula desenvolver educação sexual e de gênero no contexto escolar e no ensino de geografia.

Saraiva (2017), explanam como a geografia é uma disciplina ideal para tratar a educação sexual e de gênero de forma transversal, uma vez que engloba vários conceitos espaciais que podem ser associados e articulados com a realidade escolar vivida”. Essa análise pode auxiliar em como podemos inserir em temas genuinamente geográficos elementos referentes ao limite do corpo, de como podemos até trabalhar a análise cartográfica com dados de violências, verbais, físicas e sexuais como o estupro, IHD na associação ao grau de incidência de violência e número de jovens fora da escola devido ao *Bullying*.

Apresentar essa complexidade no assunto relacionado a educação sexual e de gênero, tem como objetivo exercitar no envolvido do processo o hábito de tomada de consciência acerca das violências que eles estão expostos e as violências que praticam para a partir disso agir e defender ou ajudar alguém a se defender diante de possíveis situações perigosas.

4.2 A importância da geografia enquanto ciência na luta por uma escola mais plural

A discussão sobre sexualidade e gênero ainda é muito recente no cenário da geografia brasileira, levando em consideração a vasta evolução do assunto em países de origem anglo-saxões (Estados Unidos e Canadá) que tiveram avanços significativos no final do século passado e início do atual.

É muito comum ainda hoje ouvimos dentro dos ambientes acadêmicos e escolares comentários como “o que as questões de gênero têm a ver com geografia?”, cadê a geografia no seu trabalho? “os eventos acadêmicos de geografia estão cheios dessa tal geografia feminista”, “querer discutir gênero na geografia? Está no curso errado, vai fazer sociologia ou antropologia”, “essa pesquisa não é sobre geografia”. Ouvir frases como essas, ajudam a reafirmar como esses ambientes ainda é recheado de intolerância e preconceitos com temas plurais e com a diversidade de pensamento.

É importante destacar que a geografia brasileira não pode permanecer negando a espacialidade desses grupos dentro dos mais variados ambientes contribuindo para sua marginalização.

Segundo Silva (2015), há uma limitação de pessoas, devidamente tituladas, em questionar epistemologicamente sua própria ciência quanto a reprodução da invisibilidade de vários grupos sociais.

Portanto, desde que o espaço foi legitimado no campo científico como uma ciência social, como afirmou Santos (1979,1985,1994), e que a sociedade se compõe de homens e mulheres, logicamente o gênero pode ser um elemento de análise do espaço. É impossível negar no campo da geografia que a sociedade é dividida em diferentes classes sociais e, apesar de resistência, também não se pode esquecer que esta mesma sociedade também está ordenada a partir de um lógica de gênero que hierarquiza e divide a sociedade entre universos masculinos e femininos. Portanto, gênero tem sim muito a ver com a geografia (SILVA, 2015, p. 98).

Nessa mesma linha, Vieira (2016) esclarece que “a ciência geográfica deve compreender muito mais do que a própria gênese da palavra (Geo=Terra + Grafia=descrição), sendo assim a geografia não pode fazer apenas uma descrição da terra”.

O espaço geográfico é o ambiente onde ocorrem muitas tensões sociais, culturais, políticas e econômicas e é nele que ocorre a reprodução do espaço. Ou seja, é o lugar onde a

vida irá se desenhar, o espaço vai ser produto, condição e meio de reprodução das relações sociais (CARLOS, 2002).

Discutir sexualidade e gênero ainda causa muitos questionamentos entre muitos pesquisadores e professores, dentro da academia, acerca da geograficidade do tema. Teremos então para o debate a concepção de espaço segundo Milton Santos (1996), segundo ele o espaço se tornou fundamental para o entendimento da dinâmica da modernidade por cristalizar movimentos passados e por ser o *locus* privilegiado dos encontros entre movimentos anteriores e os futuros, mediados pelas relações sociais no presente. Como meio onde a vida se manifesta, o espaço pode ser percebido como político e pleno de relações de poder/saber que se expressam em discursos de dominação e resistência” (VIEIRA *et al.* 2017).

Nesse contexto podemos entender que o espaço é composto por vários elementos, entre eles pessoas do sexo masculino e feminino, esses mesmos elementos irão modular o espaço fazendo deles elementos de análise do espaço geográfico.

Conhecer o que é ou não tema possível de ser analisado e estudado pela geografia vai depender da concepção de ciência que se estabelece pelos indivíduos que têm o poder de ditar as regras do jogo. Segundo Gomes (2007), para alguns, a geografia possui um objeto próprio, já dado e construído. Para outros, a identidade da pesquisa com a geografia se realiza a partir de uma pergunta envolvendo categorias geográficas como espaço, lugar, paisagem, região, território e escala.

Então se as experiências vividas por essas pessoas possuem dimensões (escala) espacial e se as pessoas vivem experiências no mundo com seus próprios corpos e singularidade sendo sujeitos organizados socialmente pelo sexo/gênero, pode-se afirmar que compreender a forma que eles experimentam a vida, e por consequência ocupam o espaço é profundamente campo de análise da geografia.

Entretanto para começarmos a discutir sobre sexualidade e gênero no ambiente escolar que é ambiente onde relações sociais múltiplas acontecem, precisamos partir do pressuposto fundamental, teórico, político, ético e social, que identidade de gênero não é a mesma coisa de sexo biológico, nem orientação sexual ou desejo afetivo é sexual.

Identidade de gênero é como uma pessoa se vê e como ela se mostra para o mundo: seu modo de pensar, de vestir, sonhar ou agir. Ou seja, o gênero é a como o sujeito se localiza dentro dos comportamentos masculinos, feminino ou não binário¹⁹ da sociedade.

¹⁹ Não-binário, é o termo que engloba todas as identidades que fogem ao binário (masculino e feminino) de gênero.

Já orientação sexual ou desejo afetivo indica pelo que você sente atração. Mostra para que lado a sua sexualidade está orientada sexualmente: uma pessoa do mesmo gênero, de gênero diferente ou de ambos os gêneros.

É importante destacar que a construção de gênero não é um processo natural/biológico no momento do nascimento, mas sim uma construção social, cultural, espacial e histórica.

Segundo Vieira (2016), essa construção está, portanto, inserida em uma série de instituições, instâncias e dispositivos culturais e territoriais que transmitem a noção de comportamentos corporais masculinos ou femininos esperados, padrões que por sua vez, excluem e discriminam comportamentos e práticas que desviam dos estabelecidos.

Em palavras mais diretas, “não é no nascimento e na nomeação de um corpo como macho ou fêmea que faz deste sujeito masculino ou feminino” (LOURO, 2008, p.18). ou seja, a construção do gênero de cada sujeito e de sua sexualidade é composta ao longo de sua vida.

Em contextos gerais as regras impostas dentro de espaços como a escola irão excluir de forma sistemática pessoas que fujam do padrão cisheteronormativo, masculino e patriarcal de vestir-se, agir, falar, amar e relaciona-se.

Dessa maneira é possível perceber como o espaço acaba por reproduzir através de modelos determinados valores que são impostos a todos. Quem se debruça sobre isso é Oslander ao destacar que o conceito de espaço é e sempre tem sido político e saturado por uma rede complexa de relações de poder que se expressam em paisagens materiais e discursos de dominação e resistência (OSLANDER, 2002).

Tentar reconhecer dentro das estruturas espaciais como elas foram criadas por sujeitos, e que por esse mesmo motivo apresenta barreiras para a conduta de vida social, é entender que muitas vezes ou quase sempre as pessoas que detém o poder seguem alguns pressupostos desse já mencionados ou preconceitos que são preconcebidos e rapidamente naturalizados no imaginário da vida em sociedade.

Dessa forma, irá se criar espontaneamente determinados obstáculos sociais que terminam por frear o acesso de forma mais igualitária a determinados grupos sociais aos variados espaços, tais como a escola e a universidade. Desse modo, é importante lutar para que práticas sociais resistam aos comportamentos hegemônicos dando mais equidade a esses grupos.

Portanto, se faz necessário que se entenda que as questões envolvendo sexualidade e gênero são objetos que movimentam e através disso produzem narrativas sólidas dentro do espaço geográfico criando nuances e tensões próprias. Segundo Vieira (2016), é no espaço

geográfico, que as interações sociais, culturais, históricas se realizam e, portanto, é nele que as identidades (sexual e gênero) são construídas e articuladas fisicamente.

Dentro dessa lógica, as práticas espaciais, ou seja, aquelas que são concebidas no espaço irão fazer referência às formas que se utiliza, percebe-se e gerem o espaço. Sendo assim, Vieira (2016), esclarece que o espaço é concebido através das suas especificidades, como por exemplo, as relações econômicas e burocráticas existentes na vida cotidiana. Em outras palavras, o espaço irá ser a forma abstrata e as práticas espaciais as formas concretas.

Para Oslander (2002), essas práticas espaciais estão associadas com as experiências de vida cotidiana e das memórias coletivas de forma de vida diferente, mais pessoais e íntimas.

Nesses espaços por sua vez, são concebidos e representados. Representações corporais, de gênero, língua, cor e religião todas elas inseridas na lógica hegemônica dominante, do qual surgirá regras impostas que acabam proporcionando que pessoas não condizentes com esse padrão, sejam marginalizadas ou expostas a um processo de inclusão precário e permeado por pressões psicológicas para que elas acabem cedendo.

Como afirma Vieira (2016), diante disso, no âmbito da sexualidade e gênero, o espaço geográfico é historicamente formado e dominado por um pensamento heteronormativo machista e patriarcal. É muito comum quando nascemos um sexo seja logo fixado no subconsciente dos nossos familiares e pais e conseqüentemente no nosso imaginário.

Assim é comum que crianças quando nascem ou mesmo antes do nascimento já pertencerem a um sexo específico, com padrões e histórias bem determinados. Roupas azuis e brinquedos²⁰ “de meninos” para o sexo masculino.

Enquanto isso as crianças do sexo feminino logicamente serão colocadas também em um padrão, começando pelo seu guarda roupas com inúmeros vestidos cor de rosa seguidos por brinquedos²¹ específico para o sexo feminino.

Entretanto, quando o sujeito foge desses padrões acima mencionados, ele passa a sofrer uma série de preconceitos e violências que acaba gerando uma confusão na ordem das coisas para os grupos inseridos na lógica dominante, então será dado a essas pessoas rótulos de anormalidade.

Essa ideia hegemônica se deu através de todo um contexto histórico, que foi criando no imaginário social uma ordem de normalidade e anormalidade das coisas e dos corpos. Louro

²⁰ Entende-se como brinquedo de meninos, carrinhos, bolas de futebol, pipas, super heróis másculos entre outros, sustentará um perfil mais másculo e até agressivo para essa criança.

²¹ Como brinquedos de meninas podemos citar bonecas, fogões em miniatura, princesas frágeis que irá criar no imaginário dessa criança a obrigação de um perfil doce, gentil e meigo.

(2009), vai argumentar que as ações de combate a homofobia são metas de grande nível de importância, que devem ser constantemente retrabalhadas, desconstruindo discursos que situam corpos em polos de normalidade e não normalidade.

Trazendo para o debate as contribuições de Butler ao tratar das relações sociais dos sujeitos fala em “abjeção e marginalização social” (BUTLER,2003).

A então naturalização das práticas heteronormativas estabelecem coerências entre as ações discursivas, produzindo assim um alinhamento que, segundo a autora refere-se à linearidade esquematizada entre sexo, gênero e desejo (BUTLER, 2003, p.38). Sendo assim, pensar a relação entre espaço e lógica da heteronormatividade leva a afirmação que a prática espacial foi guiada pelo caminho, no que se refere ao respeito às diferenças sociais.

Segundo Vieira (2016) o espaço é produto, condição e meio das relações sociais, dessa forma o espaço é um processo que está acontecendo. Ou seja, o espaço condiciona estratégias de ações e certos comportamentos a serem desenvolvidos e vividos. E por estar inserido na sociedade a vida acontecerá dentro dele.

O espaço geográfico passa a ser o local do vivido e se torna o espaço da existência e da percepção, por sua vez isso se transcreve nas questões físicas e nas sensações. Conforme está presente sempre nos meios de comunicação o espaço muitas vezes se apresenta de formas desiguais para determinados grupos não hegemônicos (VIEIRA, 2016, p. 41)

Produzem-se o espaço como intencionalidade e essas formas e traços influenciam no nosso convívio em sociedade, em nossas práticas dos cotidianos. É importante destacar que essa produção não é abstrata e muito menos igualitária, existem grupos distintos que produzem assim espaços também distintos com intencionalidades diferentes.

Nas questões envolvendo sexualidade isso se torna muito visível no balanço do cotidiano, existem espaços públicos que não são para todos, fugindo da lógica estabelecida pelo estado de direito.

A escola é por construção histórica um espaço heteronormativo e sexista, onde a inclusão de pessoas que transgridam a lógica sexual e de gênero na maioria das vezes não são aceitas, incorporadas ou levadas em consideração. Portanto é de extrema importância que o espaço escolar seja fomentado como um espaço plural, acolhedor, empoderador e formador de cidadãos com capacidade de visualizar e compreender os vários corpos e vivências que configuram o espaço geográfico.

A geografia hegemônica tem sido tensionada pelos movimentos sociais que criticam sua capacidade de constituir versões mais plurais da realidade. Eles reivindicam uma

ciência que seja capaz de construir a visibilidade de suas espacialidades. É nesse sentido que nasce a perspectiva de gênero e sexualidade na geografia a fim de produzir uma ciência capaz de trazer novas perspectivas espaciais. (SILVA, 2014, p.102).

O professor de geografia convive em sua jornada profissional em um ambiente cercado de machismo e sexismo, por isso ele/ela precisa estar preparado para contribuir de forma positiva na construção de uma escola mais plural. É comum, como destaca Vieira (2016), que temáticas relacionadas ao corpo, gênero e sexualidade sejam trazidas com grande frequência pelos alunos para a escola e sala de aula.

As identidades vão sendo formadas levando em consideração parâmetros-chaves como os de raça e de gênero, contribuindo também na formação cultural, histórica, espacial e social dos sujeitos inseridos nesse espaço.

A sexualidade e o gênero são reproduzidos e conseqüentemente ensinados de maneiras repetitivas dentro da cultura, através de discursos na mídia (novelas, cinema, comerciais), da igreja, da própria ciência e das leis, atualmente ele também está presente nas retóricas de movimentos sociais conservadores reforçando discursos atrasados e preconceituosos e estando dispostos em mídias digitais.

Segundo Louro (2001), as muitas formas de experimentar prazeres e desejos, de dar e receber afeto, de amar e de ser amado/a são ensinadas na cultura, são inclusive diferentes de uma para outra. Logo, colocar uma forma de expressão corporal (entenda aqui como sexual) como correta e única nos torna agentes opressores dentro do sistema.

Depois de toda essa discussão, é necessário compreender a importância da geografia nesse cenário, contribuindo para formação de ambientes menos agressivos a corpos e sujeitos que são colocados à margem desse processo.

E a escola por ser um espaço que aglutina vários sujeitos, precisa ser pensada para respeitar todos e todas, tendo em vista se tornar um ambiente mais plural e acolhedor, se propondo sempre a minimizar agressões e exclusão de sujeitos em processo de descobrimento de suas próprias identidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi abordado no presente trabalho, procuramos entender a implementação das políticas públicas voltada à educação sexual e de gênero nas escolas brasileiras, buscando através das leituras a melhor compreensão na diversidade e aceitação no ambiente escolar, contribuindo dessa maneira na busca de alternativas para redução da violência contra a população LGBTQIA+ por meio da educação. Tendo a geografia como uma ferramenta que contribui para essa ação.

Essa pesquisa buscou identificar como as políticas públicas que tratam sobre a implantação da educação sexual e de gênero nas escolas alcançaram seus objetivos, para isso foi necessário se fazer uma revisão histórica dos momentos que passou a educação brasileira. Ressaltamos o início dos debates sobre educação sexual, passando pelo período dos anos 40/50, a ditadura civil militar, a redemocratização, a primeira década do século XXI com ganhos expressivos e o atual momento marcado pela chegada do conservadorismo mais retrógrado ao dia a dia dos brasileiros que se personifica na figura que ocupa o palácio do planalto na atualidade.

A interpretação dos momentos históricos demonstra que o Brasil vive momentos de expressivos avanços e retrocessos. Entretanto é importante salientar que apesar dos momentos de avanços atingidos não foram suficientes para abalar as estruturas altamente carregadas de preconceitos das instituições brasileiras e a escola por tabela é inserida nesse contexto. Falo isso, pois somos ainda um país altamente letal na vida de pessoas LGBTQIA+, como apontamos nos diversos estudos e dados elencados no decorrer do nosso texto.

É importante registrar que entendemos que não se modifica estruturas altamente enraizadas na sociedade em pouco tempo, isso demanda um longo processo de luta. Porém o discurso de avanços precisa ser pautado na visão da realidade vivida, e essa realidade é cruel e fatal.

Precisamos criar para além dos espaços de resistência, buscar a vida plena, os sonhos profissionais, a oportunidade de futuro, o direito de ser e ter, a livre busca pela sexualidade, etc. sabendo disso é de fundamental importância que a escola ajude, acolha e forme indivíduos que sejam capazes de mudar a realidade para além de seus muros e para que isso ocorra verdadeiramente precisamos cobrar da Geografia uma posição clara dentro da escola e na universidade, saindo do lado da omissão e encabeçando e pautando debates e discussões onde a temática de gênero e sexualidade não seja vista como algo secundário.

O atual momento vivido pelo Brasil com a ascensão da ultra direita no espectro político nacional, levando Jair Bolsonaro (Sem partido) a ocupar o mais importante cargo da República deixou o ambiente totalmente desfavorável, é nesse momento histórico que tivemos recuos jamais presenciados na área da educação, normalizando a censura, o silenciamento, a violência e a morte.

Os ataques sofridos buscam uma omissão institucionalizada da escola, obrigando profissionais da educação a se calarem na força da hostilização da fábrica de mentiras que alimentam esse grupo. Necessitando dos profissionais da educação comprometido com o período, com a história em um ato constante de resistência.

Os tempos difíceis que passamos, só revelam a importância e a relevância do tema, e de como ela precisa está presente no espaço escolar desde dos anos iniciais do ensino fundamental até o ensino superior, atravessando as diversas áreas do conhecimento, se fazendo presente na formação dos profissionais da educação. Firmando-se o compromisso de mostrar a crianças e adolescentes que existem variadas formas de amar, viver e sonhar, tendo na escola a oportunidade de vivenciar todas essas experiências com responsabilidade e acompanhada de profissionais competentes, incentivando o cultivo de novos olhares e permitido o convívio com o diferente de forma linear e respeitável.

Essa dinâmica tem a escola como primordial parceira na busca de uma educação para a cidadania entre seus alunos e comunidade escolar. Entendendo que a escola não interrompe sua área de ação no interior de seus muros, sendo assim propor a geografia que seja incentivadora desses debates necessários a fim de que se torne o fio condutor da cidadania dentro e fora dos limites de seu espaço.

A educação tem o poder de mudar realidade e abalar estruturas, sendo fundamental para alcançarmos o objetivo de viver em uma sociedade livre de preconceitos e violências, combatendo desigualdades históricas e promovendo avanços verdadeiramente significativos na formação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, F.S.D. et al. Surdos e homossexuais: a (des) coberta de trajetórias silenciadas. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 607-620, 2015.
- ABREU, R. L. P.; SANTOS, R. A. P. Gênero e sexualidade nos PCNs: uma análise dos objetivos gerais. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 28, n. 1, p. 24-35, 2015.
- ALMEIDA, I.D. et al. **Novas tecnologias digitais da informação e comunicação no ensino de Geografia: um olhar sobre o ensino público de Recife**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.2016.
- ANDRADE, H.H.S.M. et al. **Changes in sexual behavior following a sex education program in Brazilian public schools**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 25, p. 1168 -1176, 2009.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA.2019. Disponível em:< <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>>. **Acesso em**, 01 nov.2021.
- AQUINO, C. MARTELLI, A.C. **ESCOLA E EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Florianópolis. **Anais [...]**. Porto Alegre: Spers, 2012. p. 2-16.
- ALMEIDA SA, et al. Orientação sexual nas escolas: fato ou anseio? *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 2011;32(1):107-113.
- BUTLER, J. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. In: (Ed) CASE, Sue-Ellen. *Performing Feminisms, Feminist Critical Theory and Theatre*. Baltimore: The John Hopkins Press: 1990. _____. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BRANCALEONI, A.P.L. et al. Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero:(des) caracterizações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 1538-1555, 2019.
- BRASIL. [**Constituição (1988)**]. **Constituição** da República Federativa do Brasil de **1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. **LEI N° 7.716/1989**. Ementa: Direito Constitucional. Mando de Injunção. Dever do Estado de Criminalizar as Condutas Atentatórias dos Direitos Fundamentais Homotransfobia. Brasília, 2019. 13 de junho de 2019.
- BRASIL. **LEI N° 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716compilado.htm. Acesso em 01 nov. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 30 out. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 4.667, de 23 de novembro de 1997.** Estabelece sanções às práticas discriminatórias a livre orientação sexual na forma em que menciona e dá outras providências. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/legislacao/lei-municipal-4-66797-maceioal/>. Acesso em 30 out. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual.** 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL. **Conselho Nacional de Combate à Discriminação SEDH.** Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: SEDH, 2004.

BRASIL. **Relatório de Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.** Brasília- DF, 2009. Disponível em: https://www.unifaccamp.edu.br/graduacao/letras_portugues_ingles/arquivo/pdf/gde.pdf. Acesso em 30 ou. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos.** Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Ministério da Justiça, 1996.

BRASIL. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos II. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

BRASIL. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: Ano de 2012 Disponível em <<http://www.rcdh.es.gov.br/sites/default/files/RELATORIO%20VIOLENCIA%20HOMOFOBICA%20ANO%202012.pdf>>. Acessado em: jun. de 2020.

BRASIL. Formação de Professores em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relação Étnicos-Raciais 2009. **Revista Humanidades e Inovação** v.5, n. 6 – 2018.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação (PNE). Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014,** que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 1 de julho de 2015.** Brasília, 2015. Disponível em: http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em 30 out. 2021.

BRASIL. MEC. **PCN + (Ensino Médio): Orientações Educacionais complementares aos PCNs: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.** Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Brasília, 2002.

BRASIL. Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas: **Pesquisa Estudo sobre Discriminação no Âmbito Escolar 2009**: Ministério da Educação - MEC. São Paulo, 2009.

BRASIL. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)** / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - - ed. rev. - - Brasília. SEDH/PR, 2010.

BRASIL. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2013**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2z49SRI>>. Acesso em 30 out.2021.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico HIV/Aids** 2017. Disponível em: http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/janeiro/05/2016_034Aids_publicacao.pdf Acesso em 30 out.2021.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. **V Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013** – Brasília-DF, 2013. <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/RelatorioViolenciaHomofobicaBR2013.pdf> Acesso em 30 out. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 7.528, De 26 De Julho De 2013**. Dispõe sobre a criação, composição e competências do conselho estadual de combate à discriminação e promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – cecd/lgbt. Disponível em: https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2013/559/559_texto_integral.pdf. Acesso em 30 out. 2021.

BRASIL. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiencias de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. **Violência LGBTfóbicas no Brasil: dados da violência**/ elaboração de Marcos Vinícius Moura Silva – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 79 p. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/lgbt/violencia-lgbtfobicas-no-brasil-dados-da-violencia>> acesso em: abr. de 2020.

BRASIL. FEDERAL, Governo. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos**. Denúncias registradas pelo Ligue, v. 180. 2019.

BRASIL. **Atlas da violência 2019**. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2020.

CAMARGO, A.M.F.; RIBEIRO, C. **Sexualidade (s) e Infância (s)**: A sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1999.

CÉSAR, M.R.S. **Lugar de Sexo é na Escola?** Sexo, Sexualidade e Educação sexual. In: Sexualidade; Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. **Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual**. Curitiba: SEED – Pr., 2009. - p. 49 – 58.

“ESCOLA SEM PARTIDO”. Educação sem doutrinação. Conteúdo disponibilizado em todo o site. **“ESCOLA SEM PARTIDO”**. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/>>. Acesso em 18 de nov. 2020.

FIGUEIRÓ, M.N.D A educação sexual presente nos relacionamentos cotidianos. **Educação Sexual: em busca de mudanças**. Londrina: **Universidade Estadual de Londrina**, p. 63-104, 2009.

FOSTER, D.W. Consideraciones sobre el estudio de la heteronormatividade en la literatura latinoamericana. **Letras: literatura e autoritarismo**, Santa Maria, n. 22, jan./jun. 2001.

GARBAGNOLI, S. Le Vatican contre la dénaturalisation de l'ordre sexuel: structure et enjeux d'un discours institutionnel réactionnaire. **Synergies Italie**, n. 10, 2014.

GOMES, J.C. **Construindo caminhos educativos para interpretação do ambiente pantaneiro**. 2007.f.300.(Tese). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2007.

GUIMARÃES, I. **Educação Sexual na Escola: mito e realidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório: Pessoas LGBT mortas no Brasil – 2017**. Salvador.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório População LGBT mortas no Brasil – 2018**. Salvador.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório: Mortes Violentas de LGBT+ em 2019 – Ano 2019**. Salvador.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório: Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ NO BRASIL – 2020**.

HAESBAERT, R. **POR UMA CONSTELAÇÃO GEOGRÁFICA DE CONCEITOS**. Rio de Janeiro, 2014.

JESUS, R. M. B. Implicações da ação docente sobre as questões de sexualidade e gênero na escola. **Revista Faced**. Salvador, v. 11, p. 189-199, 2007.

JUNQUEIRA, R. **Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas**. Bagoas: estudos gays – gêneros e sexualidades, vol. 1, nº 1, NatalRN, jul-dez 2007, pp.145-65

KOS, S.R. et al. Repasse do SUS vs custo dos procedimentos hospitalares: É possível cobrir os custos com o repasse do SUS? In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2015.

LEITE, V.V. et al. Conhecendo os valores na infância: Evidências psicométricas de uma medida. **Psico**, v. 42, n. 1, 2011.

LOURO, G.L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós estruturalista. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. 179 p.

LOURO, G. L. **Heteronormatividade e Homofobia**. Em R. D. Junqueira (Org.) *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp.85-93) Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.2009.

LOURO, G.L. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, Guacira (Org.). *Ocorpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós estruturalista. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. 179 p.

NUNES, C.A.**Desvendando a sexualidade**. Campinas, SP, Papyrus, 1987.

NEV-USP (Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo) e com o FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) (ALVES, 2020).

NUNES, Plácido Adriano de Moraes. **Como se computa a Violência homofóbica no Brasil?** dados reconhecimento e visibilidade do movimento LGBT em Maceió – AL. Dissertação de Mestrado – Programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas – 2018.

MAMPRIN, Angela Maria Paccola. A importância da educação sexual na escola para prevenção de conflitos gerados por questões de gênero. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE da Secretaria estadual de educação do Paraná – SEED. 2009.

OSLANDER, U. **Espacio, lugar y movimientos sociales**: hacia una "espacialidad de resistencia –Scripta Nova REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES Universidad de Barcelona. Vol. VI, núm. 115, 1 de junio de 2002.

OLIVEIRA, M.C. et al.. **Fatores contextuais associados ao comportamento sexual entre adolescentes brasileiros**. *Annals of epidemiology*, v 23, n.10, pág. 629-635, 2013.

PACHECO, J. **Pequeno dicionário de absurdos em educação**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PEREIRA, J.S. et al. PERCEPÇÃO DA ATIVIDADE FÍSICA POR PARTICIPANTES DO PROJETO AÇÃO E SAÚDE COMUNIDADES. In: **XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte**. 2009.

RATIER, R. **14 perguntas e respostas sobre a “escola sem partido”**. In: *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 29-42

ROSENO, C.P. SILVA J.G.S. **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL**: São Carlos - Sp: **Revista Eletrônica da Graduação/pós-Graduação em Educação**, v. 13, n. 2, 2017.

SARAIVA, R. et al. **A educação sexual no ensino de geografia**. Campinas: 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografiapolíticas, Linguagens e Trajetórias, 2019.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: **Hucitec**, v. 4, p. 136, 1988.

SILVA, L.G.T da. **O Brasil ao pé da cruz**: notas sobre a representação política de pentecostais e neopentecostais. Rev. Pensamento Plural. Pelotas, n. 17. p. 101-127, jul./dez. 2015.

SILVA, D.Q. et al. Sex education in the eyes of primary school **teachers** in Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brazil. **Reproductive Health Matters**, v. 21, n. 41, p. 114-123, 2019.

SOUZA, H.P. de. **Orientação Sexual**: conscientização, necessidade e realidade. Curitiba: Juruá.1999.

UNICEF. **Trajetórias Plurais: práticas que contribuem para a redução da gravidez não intencional na adolescência**. Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Brasília, 2018.

VIEIRA, N. **A necessidade de políticas públicas para a população não heretonrmativa**: a escola básica carioca como um espaço mais equânime. PUC Rio, 2016.

VIEIRA, P. M. et al. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. **Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro**, v. 22, n. 69, 2017.

VIEIRA, P.M.; MATSUKURA, T.S. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, p. 453-474, 2017.

XIMENES, S. **O que o direito à educação tem a dizer sobre “Escola Sem Partido”?** In: AÇÃO EDUCATIVA, Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). A ideologia do movimento “Escola Sem Partido”: 20 autores desmontam o discurso. Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 49-58.

WEEKS, Jeffrey. **O Corpo e a Sexualidade**. In: O corpo Educado: pedagogias da sexualidade. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa nacional de saúde do escolar**: 2015. Rio de Janeiro, 2016. 132 p. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf> > Acesso em 1 nov.2021.

RADCLIFFE, Charles. Chefe da seção de assuntos globais do escritório para direitos humanos da ONU em Nova York. 2015.

LEITE, Amanda Maurício Pereira. Educação, gênero e sexualidade: entreolhares e problematizações. In: LEITE, Amanda Maurício Pereira; ROSA, Rogério Machado (Org.). Módulo 3: educação, escola e violências. Florianópolis: NUVIC-CED-UFSC, 2011. pt. 1, cap. 1.

LONGARAY, Daise Azevedo. A importância da escola no combate ao preconceito. Revista Diversidade e Educação, Natal, v. 4, n. 2, p. 14-19, 14 dez. 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE BISPOS DO BRASIL. Nota da CNBB Sobre Ideologia de Gênero nos Planos de Educação. Disponível em: <<https://www.cnbb.org.br/cnbb-divulga-nota-sobre-a-inclusao-da-ideologia-de-genero-nos-planos-de-educacao/>> Brasília, 2015.

BarbosaL. U., ViçosaC. S. C. L., & FolmerV. (2019). A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 11(10), e772. <<https://doi.org/10.25248/reas.e772.2019>>